

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 12 DE ABRIL E CONTINUADA NOS DIAS 26 DE ABRIL E 3 DE MAIO DE 2005.** -----

----- **ACTA NÚMERO OITENTA E SEIS**-----

----- No dia 3 de Maio de 2005, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel Pimenta Prôa, António Manuel Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João Miguel Estrompa de Almeida, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Valente, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre Silva Quaresma, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto

Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Víctor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Sérgio Rui Lopes Cintra, Rui Manuel Santos Matos Alves, José Dimas Bernardes Salsinha, Luís Branco da Silva, Manuel Filipe Correia Araújo, António Marques Barbacena, Domingos Dores Rosa Estanislau, João Gordo Martins, António Chito Pereira, Flávio Freitas Rodrigues Fonte, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio, Maria Carolina Mealha Tito de Moraes Pereira Oliveira, Fernando Paiva Teixeira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado Silva Preto, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Lourenço Ramos Bernardino, Manuel Fernando Dias de Almeida, e Vítor Manuel Alves Agostinho. ----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Francisco José Fernandes Martins (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Jorge Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Manuel Filipe Correia Araújo. -----

----- Maria da Graça Barata Niny Mexia (PCP), por 2 dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Domingos Estanislau. -----

----- Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Carolina Tito de Moraes. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Maria Luísa dos Santos Teixeira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge de Arroios, por Fernando Paiva Teixeira. -----

----- Fernando Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, por António Chito Pereira. -----

----- Ermelinda Rocha Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, substituída por Rui Manuel Mata Alves. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião, terceira da Sessão Ordinária de Abril. -----

----- Seguidamente, prestou as seguintes informações: -----

----- A reunião iria ser retomada no ponto que ficou suspenso na sessão anterior, “Reabilitação Urbana na Cidade de Lisboa”, ainda com três inscrições e a intervenção da Câmara Municipal. -----

----- As Sessões da Assembleia Municipal estavam a ser transmitidas pela Internet, no *site* da Assembleia. Hoje mesmo iria ter lugar uma sessão experimental de tradução em linguagem gestual, pelo que agradecia que a comunicação social presente desse notícia de que, a partir de hoje, haveria tradução em linguagem gestual das reuniões da Assembleia Municipal, no seu *site*. -----

----- A presente sessão ordinária continuaria a 10 de Maio, isso porque, dados os pontos sobre a Educação e a Reabilitação Urbana, as propostas estavam um pouco prejudicadas. Tinha-se entendido, em Conferência de Representantes, continuar a sessão ordinária no dia 10, de modo a esgotar as propostas. -----

----- No dia 17 de Maio teria início a sessão extraordinária. No dia 24 haveria o Colóquio sobre Política Cultural. No dia 31 seria a continuação e sessão final da reunião extraordinária. Provavelmente, no dia 21 de Junho seria iniciada a reunião ordinária desse mês, que era regimental. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 5 – REABILITAÇÃO URBANA NA CIDADE DE LISBOA** -----

----- (Continuação do debate) -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra, disse que gostaria de ler um excerto de uma acta de reunião de Câmara do ano anterior, onde estava a ser discutida a proposta 794/2004 e em que a Senhora Vereadora Eduarda Napoleão disse o seguinte: “Subscrevia a intervenção da Senhora Vereadora Alexandra Gonçalves relativamente ao respeito pelos autarcas, recordando, no entanto, a falta de educação com que a Presidente da Junta de São Miguel normalmente se refere na Assembleia Municipal a questões de Reabilitação Urbana”. Acrescentou que “as pessoas devem ser civilizadas, bem educadas e terem respeito pelos outros em qualquer lugar ou situação”. -----

----- Em relação à educação, a Senhora Vereadora tinha dito isso sem que estivesse presente, os outros julgariam quem tinha ou não educação. A Senhora Vereadora podia pedir aos seus assessores que pedissem as actas com as suas intervenções na Assembleia Municipal e, caso lhe tivesse faltado ao respeito ou tivesse sido mal educada para qualquer pessoa na sala, pediria desculpas formalmente. -----

----- Era claro que, quando intervinha, não tinha a visão dourada da Senhora Vereadora sobre a reabilitação urbana, até porque não mandava limpar as ruas de São Miguel quando lá ia o Senhor Presidente. Passava lá todos os dias, vivia lá, sabia quando as ruas estavam limpas e quando os prédios estavam a ser arranjados, quando tinham andaimes ou não. Não mandava faxes para que limpassem as ruas porque o Senhor Presidente ia lá no dia 15 de Abril. -----

----- Acreditava que a Senhora Vereadora ficasse incomodada quando lhe dizia essas coisas, mas nunca tinha sido mal educada. Não era doutora nem architecta, mas a sua mãe sempre lhe dera educação e também lhe tinha dito que era falta de respeito falar dos outros sem que estivessem presentes para se poderem defender. -----

----- Sobre a reabilitação urbana nas Freguesias de São Miguel e de Santo Estevão, no bairro de Alfama, disse que as duas juntas viam com apreensão os prazos de intervenção para as obras de reabilitação urbana e ainda as diminutas verbas dos tão apregoados 13 milhões de euros, nomeadamente nas rubricas do Projecto Integrado do Chafariz de Dentro. Assim, em relação aos quatro programas que o actual Executivo Camarário apresentou em tempos, ou seja, “Lisboa a Cores”, “Alfama – Quem Cuida

Ama”, “Projecto Integrado do Chafariz de Dentro” e “Mega ETDs”, em conjunto com a Presidente da Junta de Santo Estevão, podia dizer o seguinte: -----

----- “LX a Cores”, todos se lembravam de ter sido aprovada na Assembleia Municipal a passagem para a EPUL de alguns edificios camarários, para serem recuperados. Segundo os técnicos que trataram do realojamento das famílias que ainda habitavam esses edificios, as obras seriam para início de Maio de 2004. Alguns moradores, em tempo, queixaram-se de que a Câmara, e isso era público, tinha vindo nos jornais, não lhes queria garantir o regresso às casas que habitavam e tinham sido coagidos à mudança, pois as obras teriam que começar, mas passado quase um ano obras nem vê-las, isso nas duas freguesias. -----

----- Podia também dizer que a um dos moradores realojados, a Câmara estava a pagar 120 contos por mês de renda a uma entidade particular. Esse senhor tinha pedido à CML que lhe desse 10 mil contos e prescindiria da casa, a Câmara disse que dava 7.500 e agora ia gastar 12 mil, durante 5 anos, até a casa desse senhor ser recuperada. -

----- “Alfama – Quem Cuida Ama”. Esse programa da CML, em parceria com a EPUL, destinava-se a recuperar as fachadas de alguns edificios particulares nas duas freguesias. Pelas suas contas seriam cerca de 60, mas o Senhor Presidente, quando fez a apresentação do programa, disse que eram 140. Não era por aí que haveria grande problema, mas ainda era significativa a diferença de números. As obras estavam previstas para iniciar em Maio, mas foram a partir de Julho. Passados seis meses, agora era ver a febre dos andaimes, mas nem todos os previstos estavam em obra. -----

----- “Projecto Integrado do Chafariz de Dentro”, 13 quarteirões mais um que o actual Executivo Camarário incluiu, num total de 84 prédios, 133 fogos, 75 lojas. Teve início em 2001, mas só os quarteirões G e F1 estavam concluídos. Novas instalações da Junta de Freguesia, já devia ser a terceira ou quarta vez que falava nisso e quase que chorava, mas as instalações da Junta de Freguesia ainda não estavam prontas e entregues, sendo que a Junta de Freguesia tinha um espaço para trabalhar de 20 m2, se calhar menor que o gabinete do Senhor Presidente. -----

----- Em 2002 iniciou-se o quarteirão B e a sua conclusão estava prevista para Maio de 2004, depois para Maio de 2005 e agora era para 23 de Agosto de 2005. -----

----- O quarteirão C iniciou obra em Setembro de 2004 e nessa altura cortaram a Rua de São Miguel, dizendo que só seria por 3 meses. Estava parada há 2 e era a única rua que, com o condicionamento do trânsito, unia as freguesias. Os moradores e os comerciantes estavam desesperados com essa situação e na CML ninguém fazia nada. -----

----- Faltava ainda entrar em obra o quarteirão A, parte do J e o N, num total de mais de 40 fogos e 10 lojas. Não estaria aqui a falar se uma informação distribuída pelo Executivo Camarário, em Junho de 2002, não dissesse aos moradores que todo o Processo Integrado do Chafariz de Dentro teria início em 2003. estava-se em Maio de 2005, a meses de eleições para as autarquias e, como se podia constatar, ainda nem tudo estava em obra, sendo que os quarteirões J, L e F2 começaram agora e os quarteirões E e D, que já deveriam estar concluídos, não estavam, estando o C parado. -----

----- Com as obras vieram os andaimes cada vez mais desordenados, nada se planeando e nada se tendo em conta. Fechava-se uma rua, que era a única que, com o

condicionamento do trânsito, unia as freguesias. A rua continuava cortada a meio, embora se tivessem comprometido a que, assim que o prédio estivesse consolidado, os andaimes seriam retirados. Seria coisa para 3 meses. O empreiteiro não cumpria e abandonava a obra, o caos instalou-se em Alfama e parecia que ninguém no Executivo Camarário tinha dado conta. -----

----- “Mega ETDs”. Na Rua da Regueira, 27-29, prédio da CML, quando se começou a intervir ruiu e até agora estava lá um buraco, sem mais qualquer outra intervenção. No entanto, na última informação do Senhor Presidente, página 39, vinha mencionado como estando a ser acompanhada pela fiscalização de empreitadas. Tinha fotografias, se os Srs. Deputados Municipais quisessem ver, do buraco lá existente, ao lado da creche que também servia as duas freguesias, com pombos mortos, com lixo que alguns dos moradores, cidadãos não muito exemplares, mandavam lá para dentro. Era esse um dos buracos que deveria ser limpo quando o Senhor Presidente lá fosse. --

----- Rua de São Miguel, 76-82. Esses prédios já deveriam estar prontos há muito, 12 fogos que serviriam para realojar a população ainda na Quinta do Ourives, mas, apesar dos andaimes terem sido retirados, os interiores ainda não estavam acabados. --

----- Rua de São Miguel, 43. Na informação do Senhor Presidente, página 50, dizia-se que estava prevista a sua demolição. No início do ano foram apenas fechadas as janelas com tijolos e também tinha fotografias, se alguém quisesse ver. -----

----- Largo de São Rafael, 2-3. Ainda não iniciou obra. Esse prédio estava incluído no quarteirão A do Processo Integrado do Chafariz de Dentro, conforme proposta 619/2003 e 94/2004. Agora aparecia na Mega ETD. -----

----- Vinha sendo bandeira da Câmara que as intervenções, a serem feitas, seriam por conjunto de prédios e era dito várias vezes que o anterior Executivo Camarário fazia a reabilitação prédio a prédio e esta Câmara não iria fazer assim, iria fazer por quarteirões. Então, perguntava porque é que essa situação, que estava integrada no quarteirão A, saiu e ia ser tratada pela Mega ETD. -----

----- Santo Estevão, Rua Guilherme Braga. As ETDs previstas, que deveriam começar em Junho, até agora ainda não tinham começado, sendo que os moradores foram realojados a tempo de se começar a intervenção. -----

----- Beco do Espírito Santo, 6-16, quarteirão H. Desse quarteirão fazia parte o prédio 26 do Largo do Chafariz de Dentro. A Senhora Vereadora tinha mostrado o Largo Chafariz de Dentro composto, mas esqueceu-se de virar um bocadinho a objectiva para o lado direito e ver como estavam os outros três prédios e a vergonha que eram aqueles estaleiros, desde banheiras com areia a areia no chão, brita no chão. Ninguém fazia nada porque eram obras da CML e os fiscais nem sequer autuavam os empreiteiros. -----

----- Por tudo isso, da facto nas freguesias não se tinha a visão dourada da Senhora Vereadora e quem se tinha proposto fazer melhor foi o Executivo camarário. Portanto, se se propôs, era bom e era justo que o fizesse. -----

----- **O Deputado Municipal Ramiro Nelson (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa, no uso da palavra, disse que gostaria de clarificar algumas questões em relação ao assunto em debate, reabilitação urbana. -----

----- O PSD tinha feito uma intervenção final, através do Sr. Presidente da Junta dos Anjos, que disse estarem na sua freguesia vários edifícios em recuperação e não indicou mais nenhuma freguesia. Não queria acreditar que a reabilitação urbana estivesse a ser feita numas freguesias e noutras não, isso porque muitos Presidentes de Junta se tinham queixado na Assembleia Municipal de falta de obras nos seus territórios. -----

----- No caso de Santa Justa, pertencente à Unidade de Projecto da Mouraria e Unidade de Projecto Baixa-Chiado, também se queixava. Que soubesse, havia um edifício em obra. -----

----- Por outro lado, em diversas sessões da Assembleia Municipal houve alguns aparte sobre as fachadas do Rossio, falavam no Largo do Rossio, se calhar estavam a pensar no Largo do Intendente. Na última sessão até foi pedido um esclarecimento pelo Sr. Deputado Municipal Cal Gonçalves ao Deputado Municipal da sua bancada, Joaquim Cunha, sobre as fachadas do Rossio. Queria agora repor a verdade dos factos, porque não se podia comparar o que fora feito no Rossio com o que estava a ser feito na Rua da Madalena e noutros locais. O que não queriam era reconhecer que toda a zona envolvente ao Rossio foi requalificada e, em consequência, foram também pintadas as fachadas, como também foi iluminado todo o edificado da praça, incluindo o Teatro Nacional D. Maria II. -----

----- Não se podia comparar aquilo que não era comparável. Essa requalificação foi feita, houve muitas reuniões com a juntas de freguesia, aquilo que hoje não acontecia, e com os comerciantes, promovidas pelo Sr. Arqtº. Rui Valadas, responsável pelo projecto. -----

----- Tinha pena que algumas pessoas só conseguissem ver as fachadas e não a requalificação do espaço público. Ao contrário, muita da recuperação de fachadas que a actual Câmara fez ou estava a fazer, essas sim, eram mesmo obras de fachada, porque as ruas, os passeios, os espaços públicos ou expectantes ficavam sem nunca serem requalificados. -----

----- Resumindo, obras só de fachada. Projectos de requalificação, alguns, pouquíssimos. Publicidade, muita. -----

----- Pedia o favor de não lhe falarem mais das fachadas do Rossio, ou então teria que falar do Centro Comercial da Mouraria, que esse sim, era e seria sempre uma mancha negra na cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que tinha sido directamente referido, tendo-lhe suscitado algumas dúvidas em relação à intervenção do seu colega de Santa Justa. -----

----- A pergunta que fazia era se o Senhor Presidente de Santa Justa estava ou não recordado de que, na última sessão, a questão que se punha era entre a recuperação do interior dos imóveis e a recuperação das fachadas. Tinha feito a interpelação sobre a questão da pintura das fachadas em relação ao Rossio e, em relação a isso, queria fazer um pedido de esclarecimento concreto, que era perguntar ao Senhor Presidente da Junta de Santa Justa se garantia que os imóveis do Rossio tinham o seu interior

recuperado. Não estava a falar de espaço público, sobre isso já lá iria, mas se as fachadas pintadas no Rossio correspondiam a uma intervenção no interior dessas habitações. Ainda lá tinha estado há pouco tempo e concluíra que na generalidade não, a não ser um ou outro hotel que lá foram recuperados. -----

----- Esse era o pedido de esclarecimento, uma vez que lhe parecia ter a ver com a circunscrição geográfica da Freguesia de Santa Justa. -----

----- Quanto ao espaço público e à Freguesia dos Anjos, uma vez que tinha sido directamente interpelado, perguntou se era ou não verdade que em relação à intervenção no espaço público que vinha sendo feita na Freguesia dos Anjos, inclusivamente na zona contígua à Freguesia de Santa Justa, se tinha ou não convidado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa para que pudesse ser feita uma intervenção em conjunto. Nessa medida, não tinha percebido a interpelação feita, no caso concreto à Freguesia dos Anjos, de que o espaço público não tinha intervenção. -----

----- Também não tinha entendido uma outra questão, que tinha a ver com o facto de estar ou não a ser feita a recuperação dos imóveis do Intendente, ou da zona da Freguesia dos Anjos. De facto, a obra estava lá, os particulares acreditaram no projecto e estavam a fazê-lo, que significou muitas horas de intervenção não só da Câmara, mas também dos membros eleitos da Freguesia. A pergunta que fazia era qual o trabalho feito nessa matéria pela Freguesia de Santa Justa, para convencer os particulares a acreditarem no projecto de recuperação da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Ramiro Nelson (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa, no uso da palavra, disse que, em relação ao Rossio, toda a gente sabia que foram pintadas as fachadas e iluminadas as fachadas, mas isso era na sequência de um projecto que foi feito. Perguntou se não tinha sido requalificado o espaço público no Rossio e nas zonas envolventes. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que não tinha falado no interior das casas e uma coisa era na Rua da Madalena e noutros locais estarem-se a pintar as fachadas, outra coisa era o Rossio, que teve uma intervenção de requalificação do espaço e mal ficaria que as fachadas pelo menos não fossem pintadas, como foram. -----

----- Aliás, junto à Freguesia dos Anjos, quando foi feita a requalificação do Rossio, o edifício das traseiras também foi pintado. Até foi a junta que foi falar com o senhorio do edifício, dizendo que o espaço estava arranjado mas a parede estava toda negra. As pessoas não iriam compreender que um espaço público fosse arranjado e as fachadas ficassem na mesma. -----

----- Estava-se a falar de uma situação diferente, que não tinha comparação possível. --

----- Em relação às obras a decorrer na Freguesia dos Anjos, isso era verdade, mas o que acontecia em muitas freguesias era a queixa de não haver obras. Era verdade que as freguesias poderiam dar o seu contributo, mas o problema era que a Câmara não reunia com as freguesias. Se reuniam com a Freguesia dos Anjos, isso não sabia, mas das freguesias com quem debatia os problemas da cidade, a Câmara não reunia. O Senhor Presidente da Câmara só tinha feito uma reunião com as juntas, no Palácio da

Mitra, onde disse que de 3 em 3 meses iria fazer reuniões com as freguesias, mas até hoje não tinha havido mais nenhuma. -----

----- Quando falara nos arranjos públicos, tinha falado no geral e não em relação a uma ou outra junta. Conhecia a cidade e sabia do que falava, pelo que o Senhor Deputado Municipal Cal Gonçalves não podia disfarçar as aparências com obra de fachada, até porque não podia negar as evidências. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que os Srs. Deputados Municipais do PSD ficavam sempre muito incomodados quando era apresentada obra feita anterior e apontadas as incapacidades do actual Executivo. -----

----- Podia salientar o Centro Comercial da Mouraria, o Centro Comercial do Martim Moniz, o “mamarracho” de Xabregas, como obras da Vereação Abecasis e, portanto, também do PSD. -----

----- Por outro lado, em relação ao Rossio, perguntou o que é que em 3 anos se fizera junto dos proprietários para que fossem desenvolvidas as obras de recuperação do Rossio. Era zero, porque a reabilitação fora feita pela Vereação anterior. -----

----- Na Assembleia Municipal, por proposta do grupo do PSD, debatia-se a reabilitação urbana na Cidade de Lisboa. A colocação de um ponto específico para debate pressupunha que o PSD tinha como objectivo apresentar os seus pontos de vista e críticas, positivas ou negativas, e ainda avançar com propostas que permitissem uma análise da Assembleia Municipal. Aquilo a que se assistira foi um vazio na apresentação do debate e no apresentar de opiniões relacionadas com o tema em questão. Ao contrário, assistiu-se ao desfilarmos de uma série de elogios à Câmara Municipal de Lisboa, sem bases concretas. À falta de argumentos do PSD e do CDS/PP, mais nada se fez do que lançar uma série de provocações ao PCP. -----

----- Queria aqui dizer que se desenganassem os Srs. Deputados Municipais do PSD e do CDS/PP. O PCP não se deixava, tal como no passado, intimidar com falsas acusações ou provocações. -----

----- Disse que a presença do PSD e do CDS/PP na CML não era de 3 anos, uma vez que participaram na gestão da CML de 1979 a 1989, onde foram parte integrante da Vereação. -----

----- Perguntou se os Deputados Municipais do PSD e do CDS/PP já se tinham esquecido da sua gestão, que chegara a ser considerada como o “terramoto lento” em que a cidade se encontrava com a gestão Abecasis. -----

----- A vitória da coligação de esquerda na CML permitiu definir uma política de cidade que visou critérios de salvaguarda, com a aprovação do Plano Director Municipal, instrumento fundamental da salvaguarda da cidade. -----

----- Todos sabiam que em 1989 foi necessário definir prioridades e o PCP não estava arrependido de ter aceite essas prioridades, com prejuízo dos seus pelouros, onde a reabilitação urbana e o desporto estavam incluídos. -----

----- Existiam milhares de barracas para realojamento. As acessibilidades e saneamento não existiam. Apesar da reabilitação urbana estar apenas restrita aos

bairros históricos, o trabalho e os números falavam por si. De 1989 até 2001 foram recuperados 9000 fogos. -----

----- A CML e os números que agora trazia, nada tinha a ver com o tipo de reabilitação que anteriormente era efectuada. Se queriam fazer comparações, deviam apresentar o número dos fogos completamente reabilitados e não os números definidos de processos ou fachadas limpas. -----

----- A Assembleia Municipal, em 23 de Novembro de 2002, realizou um colóquio sobre o tema “Reabilitação Urbana”. Houve 200 participações e, do conjunto das conclusões, reconhecia-se que o estado da cidade era muito melhor que 10 anos antes. Perguntou como poderiam os Srs. Deputados Municipais do PSD e do CDS/PP virem à tribuna da Assembleia Municipal dizer um conjunto de banalidades, apenas para provocar aqueles que com toda a dedicação puseram a cidade, como reconheceu o colóquio, melhor que 10 anos antes. -----

----- A CML tinha as conclusões do colóquio, que eram um instrumento importante para se poder consultar, onde se encontrariam muitas sugestões, ideias e propostas, como se quisesse considerar, mas encontrava-se aí resposta às diversas situações. -----

----- **O Deputado Municipal Cal Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que, na sequência do debate sobre a problemática da recuperação urbana, tivera oportunidade na semana anterior de lançar um desafio às várias forças políticas presentes, para que trouxessem ideias concretas. Do lado do PSD estava-se a apresentar a obra concreta que estava a ser feita, não era momento de debate de ideias. -----

----- Ouvira há pouco, na última intervenção, dizer-se que o debate tinha primado pela falta de ideias. Queria perguntar ao Sr. Deputado Municipal Joaquim Cunha se reconhecia com isso que a sua bancada e as restantes bancadas de esquerda, à excepção do Bloco de Esquerda, que tinha apresentado efectivamente uma proposta, se estavam sem ideias para a cidade e se estavam sem ideias nessa matéria. O debate era precisamente para debater ideias e de ideias em concreto não havia nada. -----

----- Tinham dito, em versão passadista, aquilo que foram fazendo em outros momentos, mas também aí dizendo que a actual maioria tinha passado em vários mandatos pela Câmara Municipal. -----

----- Respondendo a um aparte, pediu que se fizesse a contagem do tempo em que o PCP teve responsabilidades na Cidade de Lisboa, podendo-se daí retirar conclusões acerca da falta de ideias. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que o Sr. Deputado Municipal Cal Gonçalves não tinha feito nenhum pedido de esclarecimento, tinha feito uma intervenção. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que o que a CML estava a fazer hoje era apresentar obra da Vereação anterior. Também era melhor, depois do grave problema da habitação na cidade ter sido resolvido, no respeitante à questão dos realojamentos, que foi a questão prioritária da Vereação anterior na CML. -----

----- Tinha sido decidido e aprovado por todos que a actual maioria definisse como prioritário a reabilitação urbana, mas o facto era que essa oportunidade não foi aproveitada. O facto concreto estava nas Contas que se iam discutir, em que apenas se gastou 34%. -----

----- Perguntou qual fora o espaço público na Freguesia dos Anjos reabilitado pela actual Vereação. No espaço junto à Freguesia dos Anjos, podia dizer que o chafariz do Desterro, em Santa Justa, tinha sido reabilitado pela Vereação anterior e não pela actual. O Largo do Intendente, apenas se tirou as viaturas e mais nada foi feito. As fachadas, apenas uma rua estava a ser recuperada na Freguesia dos Anjos. -----

----- Nada havia para apresentar, a não ser obra de fachada. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão**, no uso da palavra, disse que havia várias intervenções, mas não tinha tempo para responder e, sinceramente, não valia a pena, porque a actual maioria tivera como prioridade a reabilitação urbana e a vivência nos bairros, sendo que a concepção foi a vida nos bairros. Era fácil vir dizer que só se reabilitavam fachadas, mas lembrava que a actual Câmara estava apenas há 3 anos e meio, não tinha estado 12, e queriam que Lisboa estivesse impecável ao fim de 3 anos e meio. Não percebia o que é que tinham estado a fazer durante 12 anos, estando Lisboa no estado em que diziam estar. Portanto, naquilo que exigiam, era bom terem um espelho e verem o que efectivamente tinham feito. -----

----- Quando tinha feito a sua intervenção não comparara aquilo que se fizera com a Vereação anterior, com executivos nenhuns. Ao contrário, andavam sempre a comparar com o terminar das barracas, mas havia muitos bairros ainda, infelizmente, que eram piores que barracas, as chamadas AUGI, áreas clandestinas que se estava a tentar recuperar. Não se considerava a nível de reabilitação urbana apenas o centro consolidado e havia projectos, estando-se a discutir com as populações essas intervenções. -----

----- O Rossio tinha sido de facto uma obra de fachada e estava um espaço público lindíssimo, fora bem reabilitado em termos de fachadas, mas não deixavam de ser fachadas. Querer comparar isso com as obras que se fizeram no Bairro Alto, em Alfama ou na Rua da Madalena, era pura ficção. O melhor seria ir ver as casas e o que estava feito, antes de virem falar sem saberem do que estavam a falar. Devia haver o mínimo de justiça a ser feita. -----

----- Relativamente aos fogos, os números que tinha dado estavam na internet e podiam ser confirmados, com fotografias, com ruas e números de porta, uma vez que neste momento os edifícios estavam geo-referenciados. Dos 5588 edifícios que foram detectados com as juntas de freguesia como estando em mau estado de conservação, 1741 foram reabilitados, o que correspondia a 30%. Se multiplicasse os edifícios por fogos, e regra geral em Lisboa eram 4 andares com direito e esquerdo, facilmente chegava a 16 mil fogos. Portanto, havia muita maneira de ler números e todos sabiam como se poderia ler números. -----

----- Disse que não respondia pelo executivo do Engº. Abecasis e muito menos do António Ferro e dizer que isso era propaganda, parecia-lhe insultuoso. Portanto, parecia-lhe bom que houvesse algum rigor quando se referia a reabilitação urbana.

Havia muitíssimo para fazer em Lisboa, mas parecia-lhe que em termos de reabilitação urbana o actual Executivo tinha feito um bom trabalho nos 3 anos e meio, quer se gostasse ou não, mas essa era a pura das realidades. -----

----- Havia uma concepção de vivência de bairro e era verdade que ainda havia espaços públicos, mas também se fizeram piscinas e jardins nos bairros históricos. Havia a questão do condicionamento de trânsito, que era uma vontade com muitos anos mas que foi feito neste Executivo e isso beneficiou a segurança nos bairros e a segurança das pessoas, com uma vivência muito melhor nesses bairros. -----

----- Havia outras zonas para resolver, a questão do estacionamento ainda para resolver, mas não se tratava um assunto desses em 3 anos, era matéria para muitos anos de trabalho e a reabilitação urbana era para ser feita continuamente. -----

----- Relativamente ao Rossio havia outra questão, era que o actual Executivo fazia as obras de fachadas de acordo com a legislação e tinham estado os proprietários, fizeram-se posses administrativas e obras coercivas. No Rossio, que soubesse, quem pagou as fachadas aos proprietários foi a CML. Portanto, havia aí uma *nuance*, porque agora quem fazia as fachadas eram os proprietários ou em parcerias com empresas privadas, como foi o caso de “Alfama – Quem Cuida Ama”. Havia com certeza uma postura diferente, mas cada um respondia pelos seus actos. -----

----- Não tinha feito comparações nenhuma, até porque lhe pareciam questões completamente diferentes. Era meritório ter-se acabado com as barracas em Lisboa, nunca lhe tinham ouvido dizer o contrário, mas não lhe parecia que o trabalho de reabilitação fosse menos importante do que acabar com as barracas. Eram duas questões completamente diferentes e também podia dizer que era muito mais fácil construir de novo do que fazer obras de reabilitação. -----

----- Relativamente ao que fora dito de haver um contrato de arrendamento de 120 contos, era um arrendatário, mas havia várias dezenas de casas arrendadas nos bairros históricos onde foram feitos realojamentos por valores inferiores ao subsídio de realojamento que era dado pela anterior Vereação, em que estiveram muitos anos. Em qualquer rua podia ver o que estava errado, mas via-se em perspectivas diferentes, talvez visse de uma forma mais dourada porque via as coisas andarem bem e rápido. A oposição ia ver o que ainda faltava e certamente que ainda havia muito para fazer, nem tinha sido nunca uma bandeira reabilitar Lisboa em 3 anos, porque era impossível, ninguém faria isso. -----

----- Os números que havia eram visíveis, estava à mostra de toda a gente e era unanimemente aceite que os privados tinham começado a reabilitar Lisboa, sendo que 60% das licenças eram na área da reabilitação, contra os 5% que existiam. Eram números reais, que não tinha inventado e que eram fáceis de comprovar. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que tinha ouvido com a maior atenção a intervenção da Senhora Vereadora e não ficara esclarecido sobre algumas questões. -----

----- Que era difícil a questão da recuperação, mais difícil do que construção nova, todos sabiam. Que a Senhora Vereadora tinha dito que era para demorar anos, também se sabia e estava-se de acordo, o problema era saber quantos anos. Tinha feito umas

contas e davam que se iria demorar cerca de 150 anos, mas gostava de saber pela Senhora Vereadora quantos anos se iria demorar a recuperar o parque habitacional da cidade, ou se continuaria a degradar-se com o ritmo actual. Estava-se a falar de um problema de ritmos de quantidade. -----

----- Por outro lado, tinha falado de 75000 fogos devolutos e tinha perguntado quantos desses fogos foram recuperados e quantos jovens entraram nesses fogos. Do número que foi apurado pela Câmara em Dezembro de 2003, qual era a situação em 2005 e, em termos de planeamento da recuperação, o que se previa para os próximos anos do ponto de vista desses 75000 fogos devolutos, ou se, tendo em conta que em 12 anos subiu de 30000 para 75000, se continuaria à espera que crescesse ainda mais o número de fogos devolutos. -----

----- Esses eram os critérios claros para perceber se o problema da recuperação estaria a ser tratado com eficácia ou não. Não se estava dizer que não houve recuperação na Cidade de Lisboa, estava-se a dizer que o ritmo a que estava a ser feita não resolvia o problema e, pelo contrário, tinha tendência a deteriorar-se. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Queiroz (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que, não obstante a Freguesia dos Prazeres ter sido riscada do mapa da Câmara, queria lembrar a telenovela que foi o prédio nº4 da Rua Possidónio da Silva, onde a 2 de Agosto do ano anterior aconteceu uma triste derrocada. Podia dizer que durante 3 anos a Câmara, relativamente a esse prédio, nada fez. -----

----- Gostaria ainda de saber o que estava a ser feito relativamente ao nº22 da Travessa do Livramento, que estava já no episódio cento e tal e onde iria acontecer a mesma coisa que aconteceu ao outro prédio. Dizia que iria acontecer porque os episódios estavam-se a repetir, ou seja, as visitas da Protecção Civil, editais atrás de editais, bombeiros. O prédio já estava escoriado e ali havia muitas crianças, sendo que da outra vez não houve vítimas a lamentar, mas agora não sabia o que poderia acontecer, esperava que não. -----

----- Também todos estariam recordados, e gostaria de ouvir uma palavra da Senhora Vereadora, daquele edifício da Fábrica Pinhol, que a Senhora Vereadora tinha dito que o processo entrara na Câmara e fora liminarmente arquivado. Apesar do Senhor Presidente da Câmara na altura ter dado indicação à Senhora Vereadora para que desse alguma informação sobre a matéria, podia informar que não tinha recebido nada até ao momento. Acontecia que essa fábrica tinha sido derrubada, neste momento estava vedada e, para seu espanto, à entrada dessa vedação dizia-se “Parque privado do bingo do Atlético”. Estranhava que se derrubasse um edifício antigo, depois punha-se aquele cartaz à porta e não se dava nenhuma informação à Junta de Freguesia. -----

----- Eram essas informações que gostaria de ouvir da Senhora Vereadora. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o debate sobre a reabilitação urbana era extremamente importante para a cidade e, inclusive, já tinha sido feito na Assembleia Municipal um debate temático sobre essa

matéria. Tinham aparecido posições de que tudo era negativo e ia fazer uma pergunta à Senhora Vereadora, mas antes fundamentava-a. Talvez alguns achassem que o que ia dizer era politicamente incorrecto, mas isso não a perturbava, porque a verdade devia ser dita, era essa a sua forma de estar. -----

----- No Bairro Alto, na Freguesia da Encarnação, acontecia reabilitação urbana. Tinha esperado quase 16 anos para ter um edifício recuperado, a antiga Cozinha Económica, na Rua da Atalaia. Tinha esperado 10 anos como Presidente de Junta para que o nº9 da Barroca fosse reabilitado. Tinha esperado esses mesmos anos para que a Escola Padre Abel Varzim tivesse obras, não de fachada, mas verdadeiras obras para que as crianças da Freguesia ou das freguesias limítrofes, ou de quem trabalhasse no Bairro Alto, pudesse ter uma escola com todas as condições. -----

----- O que estava a dizer era um facto concreto e estava a acontecer. Era preciso fazer muito mais, não se contentava com isso, mas tinha que dizer que finalmente alguém olhou para o Bairro Alto e para a Freguesia da Encarnação em termos de reabilitação urbana. O resto era para outras áreas. -----

----- O que queria perguntar à Senhora Vereadora, porque se estava a falar de reabilitação e não de obras em edifícios nem de recuperação de edifícios, era para quando a obra necessária e que se sabia que o IPPAR demorou muito tempo, cerca de 8 meses, para que houvesse alguns dos projectos terminados, que haviam sido comprometidos com a população, ou seja, para quando o jardim de São Pedro de Alcântara. -----

----- Disse que não concordava com tudo o que a Senhora Vereadora fazia, mas não era correcto não dizer aquilo que foi feito e bem, embora houvesse muito para fazer. --

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra para um esclarecimento, disse que quando tinha referido o caso do morador e o valor das verbas, não era pelo valor dos 120 contos mensais, era porque o senhor saía da casa por 10 mil contos e só lhe davam 7500, sendo que iam pagar 12 mil. Não era pelo valor da renda, mas pelo facto do negócio não ter sido bom. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que não sabia quem estaria a representar a Câmara Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu que era o Senhor Vereador Pedro Pinto. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** saudou o Senhor Vereador Pedro Pinto na qualidade de representante directo da CML. -----

----- Disse que a sua intervenção era primeiro para precisar algumas coisas. Queria retomar uma questão que lhe era muito cara e que pensava ser cara a toda a Assembleia Municipal, que era o facto de se ter assumido durante os mandatos passados que Lisboa tinha um desiderato fundamental, que era proceder ao realojamento dos cidadãos e das cidadãs que viviam em bairros de barracas. Isso fora um objectivo conseguido e sobre essa matéria parecia haver um enorme consenso, sobretudo pelo trabalho que foi realizado nessa área pela Câmara Municipal,

especialmente pelo Senhor Vereador Vasco Franco, que foi uma coisa da qual o PS muito se orgulhava. -----

----- Era também óbvio, natural e normal, já o dissera várias vezes ao longo do mandato e continuaria a dizer sempre, porque o PS dizia sempre frontalmente aquilo que achava ser correcto e já assumira sem tibiezas que houve algo que não correu bem relativamente à reabilitação urbana. Isso não custava nada reconhecer, mas também dizia que tudo aquilo que era apresentado tinha uma roupagem muito agradável, muito interessante e atraente. No entanto, gostava de saber, e já fizera esse pedido formal na anterior sessão da Assembleia Municipal, dirigido ao Senhor Presidente da Mesa, que endereçou à Senhora Vereadora, e que era no sentido da Assembleia Municipal gostar de ter a apresentação que a Senhora Vereadora fizera. -----

----- Por outro lado, tinha solicitado, e queria reafirmar esse pedido, a Assembleia queria muito saber quantificações. Era muito importante que a Senhora Vereadora pudesse informar a Assembleia Municipal daquilo que era o investimento que estava a ser feito pela CML nessa área, designadamente procurando, se possível, explicar também aquilo que era o endividamento, se o houvesse, quer da CML no respeitante a essa área, quer das empresas municipais, designadamente da EPUL, e também, visto que vinha sendo um instrumento do Município nessa área, da AMBELIS, cuja designação não fora extinta. -----

----- A razão de se pretender a relação de todas essas situações era porque, evidentemente, só com uma análise custo/benefício se poderia perceber aquilo que tinha sido a actuação da Senhora Vereadora e da Câmara Municipal nessa área. O PS não dizia, como nunca tinha dito, que a actuação da Senhora Vereadora fosse desastrosa, pelo contrário, ainda na última intervenção se tinha dito que a actuação do seu pelouro era a “jóia da coroa” do Município, aquilo que a actual gestão do Dr. Pedro Santana Lopes tinha para apresentar, o que já significava um reconhecimento do trabalho. Tinha alguma obra, mas queria-se perceber mais, até porque como a Senhora Vereadora tinha dito e já informara a Assembleia Municipal várias vezes de que alguns dos programas que vinha fazendo eram na recuperação de fachadas, aquilo que se pretendia era que a Senhora Vereadora pudesse explicar à Assembleia Municipal a diferença do número de intervenções globais e do número de intervenções apenas em fachadas, o que era uma questão importante. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Campos (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que, de todas as intervenções da Senhora Vereadora, a última a que assistira na Assembleia e mais tarde numa reunião de urbanismo na parte histórica da Cidade de Lisboa, continuava a fazer a sua propaganda. Globalmente falava numa generalidade, sem especificar claramente quais as questões mais específicas para as freguesias. -----

----- A Senhora Vereadora disse que tinha discutido com a população. A sua pergunta era onde ficavam as juntas de freguesia. Tinha perguntado à Senhora Vereadora sobre o Pátio D. Fradique e a Senhora Vereadora tinha ficado admirada, mas tinha-lhe a dizer que o programa e o projecto do Pátio D. Fradique estava pronto. Esteve à

aprovação do IPPAR e agora, por um desequilíbrio entre a EGEAC, Dra. Maria Louro, e o próprio gabinete da Senhora Vereadora, a obra não podia continuar. -----
----- Tinha que se ter a noção absoluta de que urbanismo era urbanismo, problemas históricos depois devidamente definidos eram outras questões totalmente diferentes. O urbanismo da parte histórica de Lisboa, junto ao Castelo de São Jorge, tinha que ser analisado profundamente e o programa estava aprovado, era precisa vontade para o realizar. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, disse que admitia, em resultado de uma divisão em duas sessões, que fosse difícil lembrar aquilo que fora dito. Admitia também que fosse intuitivamente natural responder a questões mais concretas, mais específicas e que de alguma forma magoassem mais a Senhora Vereadora, por questionarem o que não foi feito, sendo que tinha legitimidade de considerar que não andara por aí sem fazer nada e, portanto, responderia mais a essas. Não esperava que lhe fosse responder agora à intervenção da semana anterior, mas lembrava que tinha solicitado alguns esclarecimentos sobre o que eram as obras de fundo, as obras ligeiras e as obras só de fachada. -----

----- Tinha também referido que considerava fundamental haver instrumentos de ordenamento do território que definissem soluções de mobilidade, de equipamentos, mudanças de uso do solo, que nestes territórios teria todo o sentido intervir com um programa claro. Nessa matéria parecia estar-se em falta. Tinha até perguntado sobre a experiência do Castelo, o balanço que se tinha feito, as experiências a repetir e a corrigir. -----

----- Tinha questionado sobre a intervenção no espaço público, com a eliminação de barreiras arquitectónicas sistemáticas, com a retirada dos postes de sinalização e iluminação e a sua colocação em paredes, quando não fosse em edifícios de património a salvar. Sobre uma outra recomendação aprovada, acerca da substituição das canalizações de água em chumbo. Sobre a prevenção de sismos e as intervenções correctivas nessa matéria, já que eram áreas de risco e com particular expressão. Sobre as intervenções em fusão de fogos e critérios que as orientavam. Ao nível da estrutura municipal, sobre qual a evolução que se esperava com a introdução das SRU em relação às unidades de projecto, como se iria recolher o *know-how* existente nas unidades de projecto, como se faria a sua integração e articulação. -----

----- Parecia-lhe que esse conjunto de questões, que não eram críticas, mas sim o suscitar questões, revelavam também alguma visão sobre o que era reabilitação urbana, ao contrário do que fora a intervenção do colega do PSD, e não só apresentando recomendações se estava a definir uma orientação e uma visão sobre o que era reabilitação urbana e o que faltava fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, dirigindo-se à Senhora Vereadora Eduarda Napoleão, disse que o PCP não era o partido do bota-abaixo. O PCP não tinha dito que a Câmara não fez nada, mas considerava que sendo a reabilitação urbana a sua primeira prioridade, tinha feito muito pouco. -----

----- Também se dissera que havia sido feita muita reabilitação urbana na cidade, na sua intervenção tinha feito essa referência, mas não fora obra da Câmara. Aproveitava

para dizer isso também à sua colega do PS, Deputada Municipal Ana Sara Brito, porque no Bairro Alto existia muita reabilitação urbana, mas em grande parte dos privados, até porque a reabilitação urbana passou a ser rentável. -----

----- A Senhora Vereadora dizia que não valia a pena responder às intervenções e não contestava os números apresentados, que eram números tirados dos documentos da Câmara. Lamentava que a Senhora Vereadora dissesse isso, porque fora proposto pelo PS o debate e seria bom que respondesse a alguns números. Por exemplo, o Programa “Lisboa a Cores”, ou o “Repovoar Lisboa”, nem uma obra foi concluída. -----

----- Tinha comparado com o António Ferro, sem ofensa, mas na realidade a encenação preparada com a exposição, a ideia distorcida e enganadora que aparecia no site, queria mostrar-se que se fez uma obra grande, quando na realidade era o contrário. Só para citar um caso, de que tinham reabilitado 1755 edifícios, dizia-se no site que era um número significativo de edifícios reabilitados e em reabilitação. Perguntava por quem tinham sido reabilitados, porque a informação exigia rigor e o que se pretendia era confundir, disfarçando que não se fez o trabalho que se queria transmitir. Era nisso que acusava a Câmara de não ser rigorosa naquilo que afirmava. -

----- Por exemplo, tinha-se focado a piscina de Alfama, mas a obra estava a decorrer e a Câmara é que a parou durante dois anos. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão**, no uso da palavra para prestar esclarecimentos, disse que, relativamente à questão levantada pela Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres quanto à fábrica da Pinhol, neste momento era público o Projecto Alcântara XXI, um projecto de reestruturação que já teve uma exposição, foi apresentado publicamente, foi aprovado em reunião de Câmara um estudo urbanístico para essa zona, englobando esses terrenos. Não estava nada licenciado neste momento, mas havia um estudo em termos globais para toda essa área. -----

----- Relativamente ao jardim de São Pedro de Alcântara, tinha essa área dos jardins há muito pouco tempo e numa próxima alteração orçamental seria adjudicada essa obra. Esperava que fosse muito rapidamente. -----

----- O Sr. Deputado Municipal Carlos Marques tinha falado no número de fogos. Não sabia onde teria ido buscar o número de 75000 fogos devolutos, mas os números do INE falavam em 7500 edifícios. O normal em Lisboa era existirem 4 andares, com direito e esquerdo, pelo que os 120 anos apontados reduziam imediatamente para muitíssimo menos de metade. De qualquer forma, multiplicando os 7500 prédios, falava em edifícios e não em fogos, se foram reabilitados com os particulares cerca de 2000 em 3 anos, para 7500 faltariam cerca de dois mandatos. -----

----- Relativamente ao Pátio D. Fradique, existiam efectivamente alguns projectos. Não se começou a obra no Pátio D. Fradique, entendeu-se que era uma área fundamental em termos de património e, portanto, não se concordou com o projecto que existia. Começaram-se obras noutros sítios, como no Pátio do Carrasco, que também era um sítio à espera de obras há muito tempo, assim como na Rua Norberto Araújo. -----

----- Quanto aos privados e à gestão urbanística, parecia-lhe que seria a primeira vez em que a gestão urbanística e a reabilitação urbana estavam no mesmo Vereador,

tendo sido feito um trabalho fundamental com a gestão urbanística, que foi a limpeza dos processos que existiam, bem como a rapidez e a eficácia relativamente aos procedimentos e a monitorização de todos os processos. Por um lado, a Câmara intimava os proprietários para fazerem obras, por outro lado os proprietários entregavam projectos de licenciamento na Câmara. O funcionar desses dois circuitos fez com que muitos proprietários fizessem obras nos seus prédios e o que interessava a Lisboa era que esses edifícios estivessem reabilitados, não quem fazia a obra. Isso tinha-se conseguido. -----

----- Disse que a reabilitação de uma cidade não se fazia com as instituições públicas, fazia-se essencialmente com os privados. O que a Câmara e as instituições públicas deviam fazer era terem rigor na reabilitação, saberem como se fazia reabilitação, preservarem aquilo que era de preservar, mudarem as tipologias dos fogos sempre que necessário para se adaptarem às condições da vida de hoje. Não se podia exigir que as pessoas, por razões patrimoniais, vivessem em casas sem condições de salubridade e, portanto, essas tipologias foram alteradas e por isso se mudaram muitos projectos nos bairros históricos, por se considerar que as casas que hoje serviam de realojamento poderiam servir para outras pessoas num futuro próximo. -----

----- Disse que não tinha falado na piscina de Alfama, mas sim em criar piscinas nos bairros. Uma de que se lembrava era da piscina de São Bento, um equipamento notável num bairro que não tinha equipamento nenhum. Havia um protocolo de 89 que ainda não tinha sido executado, havia uma piscina ao ar livre e neste momento havia piscinas cobertas que permitiam aos moradores e não só usufruir desse equipamento desportivo nessa área. -----

----- Era evidente que, em termos de urbanismo, a preocupação que teria que existir a nível da reabilitação urbana era enorme e, principalmente, o que a Câmara tinha feito era dar o exemplo de que efectivamente recuperava o seu património e dar o exemplo nas reabilitações que fazia, preservando os elementos que devia preservar. Isso era extremamente importante para a riqueza do País, riqueza em termos históricos e culturais. -----

----- Em termos de gestão urbanística, a eficácia, a rapidez, o grau de exigência e a transparência tinham conduzido a que neste momento pudesse dizer, era um número que acrescentava aos vários números que tinha dado, que os processos de licenciamento urbanístico, desde que entravam até que eram deferidos, tendo depois as pessoas um ano para levantar a licença, estavam neste momento com uma média de 110 dias. Portanto, comparando com os anos que levavam antigamente, era completamente diferente. Isso também podia ser comprovado, era fácil de comprovar. -----

----- O que tinha posto na Internet não era para fazer propaganda, era para ter eficácia e para servir de pedagogia relativamente aos privados, que tinham a obrigação de recuperar os seus edifícios. Era também para que não dissessem que estava a mentir, porque era extremamente desagradável. Os serviços da Câmara tinham feito um bom trabalho nessa área, tinham-se empenhado em resolver os problemas às pessoas e isso não era seu, era da Câmara Municipal de Lisboa, eram os funcionários da CML que tinham brio e que, motivados, conseguira-se que fossem mobilizados para a grande

tarefa da reabilitação urbana e da gestão urbanística, em termos de rigor e de transparência. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que a sua intervenção se devia ao facto da Senhora Vereadora dizer que não sabia de onde vinham os números. Parecia que andava a inventar números, ou a mentir, mas os números que tinha dado eram os da Câmara Municipal de Lisboa, de que a Senhora era Vereadora. Foram dados ao Bloco de Esquerda numa reunião em Dezembro de 2003, quando foi da primeira apresentação do anteprojecto do Plano Director Municipal. Pedia imensa desculpa, mas a Senhora Vereadora havia de provar à Assembleia Municipal onde estava o dado que acabara de dar, de que havia 7500 prédios devolutos e dos quais tinham recuperado 2000. Primeiro, no cartaz, eram 1000, depois, quando foi feito o debate, eram 1500, agora eram 2000. -----

----- Se era preciso falar sobre quem apresentou números sérios e verdadeiros, seguramente que não tinha sido a Senhora Vereadora. -----

----- **A Senhora Vereadora Eduarda Napoleão** disse que os 2000 prédios eram edifícios degradados e os números que tinha eram os do INE, que, quando fizeram os Censos 2001, para fazer a inventariação desses fogos tinham que ter pelo menos um habitante. Todos os prédios que estavam efectivamente devolutos, fechados, o Censos não referia esse número. Se tivesse pelo menos um habitante era contado, se não tivesse habitante nenhum não era contado. -----

----- Relativamente ao levantamento que foi feito pela Câmara, por técnicos da Câmara e estagiários com as juntas de freguesia, deu um determinado número, mas isso era um levantamento não rigoroso, como tinha dito desde o princípio. -----

----- Não havia muito tempo que tinha sido adjudicado um trabalho à Prof^a. Isabel Guerra, do ISCTE, para efectivamente se tratar dos devolutos em Lisboa, um observatório relativamente à habitação e aos devolutos em Lisboa, visto não haver um número certo em nenhuma instituição. -----

----- **O Senhor Presidente** recordou que tinham sido apresentadas duas resoluções pelo Bloco de Esquerda sobre a matéria, na sessão anterior. -----

-----RESOLUÇÃO -----

----- “1. Considerando que a reabilitação urbana e recuperação do parque habitacional constitui uma medida estratégica na recuperação da cidade e na inversão da espiral depressiva demográfica da cidade de Lisboa, assumida não só por esta Assembleia Municipal, como também pelo Executivo Camarário; -----

----- 2. Considerando que as necessárias e urgentes medidas para recuperar, reconstruir, reabilitar e requalificar a cidade; -----

----- 3. Considerando que ao não se pretender mais construção nova se potencia a reabilitação urbana; -----

----- 4. Considerando a intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, na sessão de 17 de Junho de 2003 desta Assembleia Municipal em que afirmava que «o Município de Lisboa dispensava naquele momento projectos para nova construção na cidade» e que era necessário «impor ao mercado que pelo menos até ao final deste

mandato respeitassem a orientação, de que para além de projectos já entrados na Câmara, não queria mais construção nova em Lisboa»; -----

----- 5. Considerando que, apesar das declarações, diversos anúncios relativos a novas construções na cidade de Lisboa continuam a emergir; -----

----- 6. Considerando que a 21 de Setembro de 2004, o então Presidente da Câmara de Lisboa afirmava a necessidade da recuperação da cidade de modo planeado e através de meios excepcionais. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 3 de Maio de 2005, decida: -----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa o estabelecimento de uma moratória à nova construção, enquanto não estiver resolvido o problema global estratégico da recuperação da cidade, em termos do seu parque habitacional, à excepção da habitação social, cooperativa e as já licenciadas. -----

----- 2. Publicar na comunicação social conforme o usual.” -----

----- **O Senhor Presidente** submeteu à votação a proposta de resolução apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-la, com votos contra de PSD, PCP, PS, CDS-PP, PPM e Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves, abstenção do PEV e votos favoráveis do BE. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nós propusemos uma alteração, em que condicionava a nova construção, mas não a impedia por completo, por entendermos que era excessivo que a partir de agora houvesse uma moratória em que em nenhum caso, salvo na alteração que o Sr. Deputado Municipal Carlos Marques agora introduziu, mas que é insuficiente. Entendemos que era uma ruptura excessiva, porque havia que dar a possibilidade de se poder ainda construir em alguns casos, para além daqueles que estão referidos. Só por isso votámos contra, porque em princípio estamos de acordo com o espírito e com os considerandos.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que o Sr. Deputado Municipal Feliciano David se tinha dirigido ao Sr. Deputado Municipal Carlos Marques, que era o proponente, e ele não aceitou a proposta feita. O PCP só tinha um caminho, que era apresentar uma resolução alternativa à Mesa, que seria posta à votação. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** fez a seguinte declaração de voto: --

----- “ O PS votou contra por uma razão que nos parece clara e que tem a ver com o facto de também termos tentado junto do proponente, Deputado Municipal Carlos Marques, que fosse introduzida uma alteração que minimizasse esta proposta de resolução. É evidente que nos parece manifestamente excessiva uma recomendação à Câmara Municipal para que não haja a aprovação de rigorosamente mais nenhuma construção habitacional em Lisboa. -----

----- Nós estávamos disponíveis e sugerimos ao Bloco de Esquerda que se encontrasse aqui uma forma de condicionar a aprovação à alteração do PDM, designadamente. Parece-nos que a alteração dos instrumentos de planeamento é absolutamente fundamental e que era necessário juntar um instrumento com a resolução que se

pretendia aprovar. O Bloco entendeu que não havia razão para essa alteração à sua proposta, o que nós entendemos e aceitamos, porque politicamente o Bloco pretendia atingir outros objectivos. -----

----- Do ponto de vista da cidade há uma questão que o Partido Socialista gostaria que ficasse perfeitamente clara: nós entendemos que a prioridade neste momento não é a nova construção e queríamos afirmar isto taxativamente, para que não subsistissem dúvidas no que respeita à nossa votação nesta resolução. -----

----- A prioridade hoje na Cidade de Lisboa não pode ser nova construção, a prioridade tem que ser na recuperação e na requalificação do património edificado, o que não quer dizer que nós apoiemos cegamente uma proposta que impeça qualquer nova construção. São dois conceitos diferentes e é exactamente por essa obrigatoriedade que o Bloco pretende imprimir que nós não podíamos aprovar.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Bloco de Esquerda apresentou esta proposta e aprovou-a por várias razões. A primeira é que não bastam intenções em política, são precisos actos. Todas as bancadas já aqui disserem, desde o início do mandato, que nesta fase na Cidade de Lisboa a recuperação é o principal, só que foi o próprio Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, como eu li aqui na última reunião a acta, a dizer que era preciso dar um sinal claro à especulação imobiliária e que estava até disposto a fazer uma moratória provisória sobre isso. -----

----- Como qualquer Deputado Municipal sabe, incluindo as lideranças do PS e do PCP, estamos a tratar de assuntos provisórios, mas era um sinal claro e a Assembleia pode decidir daqui a dois anos que altera isso. -----

----- Por outro lado, dizer que não aceitámos as propostas de alteração por uma razão muito simples, é que nós não seguimos o princípio daquele dirigente partidário, que era um homem de princípios e que nunca tinha faltado aos princípios, aliás, só tinha um princípio, que era “depende”. Por isso, fazer uma proposta a dizer que “depende”, francamente, é o mesmo que não fazer nada e mais vale não fazer nada. Nós queremos tomar posição clara, o sinal não é declarar politicamente, é fazer e fazer era ter a coragem de dizer que durante algum tempo na Cidade de Lisboa vamos tomar decididamente a coragem de a recuperar. -----

----- Durante muito tempo fomos considerados os maluquinhos das casas sim barracas não, mas o que é facto é que hoje essa batalha está ganha. Podemos ser considerados os maluquinhos da recuperação e destas moratórias, mas vamos ganhar a batalha, estamos seguros, porque não há outro caminho a traçar neste País.” -----

----- **O Senhor Presidente** leu a seguinte resolução, apresentada pelo Bloco de Esquerda: -----

----- RESOLUÇÃO -----

----- “1. Considerando que a reabilitação urbana e recuperação do parque habitacional constitui uma medida estratégica na recuperação da cidade e na inversão da espiral depressiva demográfica da cidade de Lisboa, assumida não só por esta Assembleia Municipal, como também pelo Executivo Camarário; -----

- 2. Considerando que as necessárias e urgentes medidas para recuperar, reconstruir, reabilitar e requalificar a cidade; -----
- 3. Considerando que, até à data, as únicas medidas tomadas foram a constituição de três Sociedades de Reabilitação Urbana, cujos meios legais e financeiros de que dispõe permanecem por esclarecer; -----
- 4. Considerando a necessidade de recuperação urgente das centenas de milhar de fogos degradados, já que somente devolutos existem 75.000 (dados da Câmara Municipal de Lisboa, em Dezembro de 2003) e que existem ainda milhares de fogos habitados completamente degradados, exige duas medidas especiais, uma de carácter financeiro (à imagem do PER) e outra ao nível da dotação de meios legais de intervenção à Câmara Municipal; -----
- 5. Considerando que é necessário um combate claro e preciso à especulação imobiliária, nomeadamente através do impedimento do abandono dos edifícios até estes ruírem; -----
- 6. Considerando que continua por cumprir a deliberação de 20 de Janeiro de 2004 desta Assembleia Municipal, no sentido da criação de um Plano Especial de Recuperação para a cidade de Lisboa, deliberação que recebeu o voto unânime das diversas bancadas políticas; -----
- 7. Considerando que a 21 de Setembro de 2004, o então Presidente da Câmara de Lisboa afirmava a necessidade da recuperação da cidade de modo planeado e através de meios excepcionais. -----
- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 3 de Maio de 2005, decida: -----
- 1. Solicitar a todos os partidos políticos com representação parlamentar a sua atenção para a aprovação de um documento legal, em sede da Assembleia da República, que conceda às autarquias meios financeiros e meios legais para a reabilitação e renovação das cidades; -----
- 2. Solicitar uma audiência ao Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Dr. Francisco Nunes Correia, no sentido de debater com o Governo a necessidade de uma norma legal visando o objectivo da recuperação do parque habitacional; -----
- 3. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que delibere no mesmo sentido que esta Assembleia Municipal; -----
- 4. Solicitar ao Sr. Ministro das Finanças uma reunião para debater um projecto de uma nova Lei das Rendas; -----
- 5. Publicar na comunicação social conforme o usual.” -----
- **O Senhor Presidente** submeteu à votação a proposta de resolução apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PPM, PEV, BE e Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves, abstenções de PCP e PS e voto contra do Deputado Municipal Fernando Marques (PSD). -----
- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** fez a seguinte declaração de voto: --

----- “A nossa declaração de voto radica no facto do PS entender que esta é uma questão importante, mas também sabemos, e acho que sabemos todos nesta Assembleia Municipal, que actualmente já existem os instrumentos necessários para dar satisfação àquilo que a proposta de resolução pretende abarcar. Aquilo que não tem existido é capacidade para os pôr em prática e daí o nosso entendimento de que é desnecessário mais instrumentos. -----

----- Nós temos o entendimento de que em Portugal há um problema, que é o problema da legislação. Nós temos manifestamente um excesso de legislação e, portanto, aquilo que necessitamos é de executar bem aquilo que já existe e, sobretudo, fazer uma coisa que em Portugal também existe pouco, que é a política de medir os investimentos, de analisar aquilo que é feito e de responsabilizar quando se faz e quando não se faz. Por isso, e porque não é isso que está aqui, nós entendemos que é necessário ir muito mais além.” -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Para dizer que a convicção do Bloco de Esquerda é de que não existem os instrumentos, nem financeiros, nem legais, para conseguirmos fazer a recuperação da Cidade de Lisboa, tal como não existiam os meios legais e financeiros para fazer a erradicação das barracas. Teve que haver coragem do governo do Prof. Cavaco Silva e diremos isto constantemente, não temos qualquer problema, foi através de fundos e meios legais que foi possível erradicar as barracas. Tem que haver um projecto-lei nacional para recuperar o parque habitacional degradado nas grandes cidades, que dê meios legais de imediato. -----

----- Eu vivo numa casa a cair há 20 anos, já fiz todos os protestos à Câmara e continua na mesma. Sem haver meios financeiros sérios não é possível, as câmaras não têm meios para fazer essa recuperação a sério e foi por isso que apresentámos esta proposta.” -----

----- **PONTO 6 – APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2004 E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA DO ANO DE 2004, AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Senhor presidente, Senhores deputados municipais, Senhoras e senhores vereadores -----

----- Temos obra feita para vos apresentar. Obra iniciada em 2002 e relançada nos anos posteriores. -----

----- E hoje, perante vós, relatamos, em versão obviamente muito resumida a feição da obra efectuada em 2004. -----

----- Temos toda a razão para nos orgulharmos dela, já que contribui e contribuiu para uma vida melhor para a população de Lisboa. -----

----- Começo pela reabilitação urbana, que constituiu uma das opções programáticas do actual executivo e representa a defesa de um novo modelo de cidade. -----

----- A prioridade conferida a esta área de intervenção assenta no reconhecimento de que a cidade histórica se degrada e desertifica, enquanto cresce uma construção nova e massificada nas periferias. -----

----- As políticas de reabilitação urbana estendem-se agora a toda a cidade, entendida como um todo, e tornam-se num modo de combate à desertificação crescente dos núcleos históricos centrais de Lisboa. -----

----- Não se restringindo aos centros históricos de Alfama, Castelo, Mouraria, Bairro Alto/Bica, Madragoa/S. Paulo, Rua de S. Bento e Baixa/Chiado, a autarquia centra boa parte do investimento na reabilitação do edificado destas áreas. -----

----- A reabilitação urbana estende-se também às intervenções coercivas em toda a cidade. -----

----- Foram lançadas e consignadas seis empreitadas, por concurso público, para a requalificação urbana dos bairros históricos, que envolvem um investimento de 29 milhões de euros. -----

----- Para além destas grandes empreitadas que se encontram em fase de obra, demos sequência a todas as intervenções que se encontravam programadas, bem como à preparação de todos os estudos e procedimentos que permitirão assegurar o cumprimento do Plano Plurianual de Investimentos 2004-2007. -----

----- A visão integrada e global que deve orientar a reabilitação urbana passa, de igual modo, pela necessidade de, em conjugação com a conservação do edificado, proceder à qualificação ambiental daquelas áreas. -----

----- Daí a prioridade à qualificação do espaço público, designadamente através do condicionamento do trânsito em determinados bairros, bem como da construção de parques de estacionamento em altura. -----

----- Objectivo destas medidas - enquadrar estas medidas no duplo desígnio de garantir condições de segurança e melhor qualidade de vida para todos aqueles que vivem e trabalham nas zonas centrais da cidade. -----

----- No decurso das obras de reabilitação nas áreas críticas de reconversão urbanística foram seguidas novas políticas, a par do realojamento temporário dos moradores. -----

----- A conservação e a qualificação do edificado nas áreas centrais da cidade visa melhorar as condições de vida das populações residentes e atrair novas camadas populacionais a estas zonas, de modo a contribuir para a dinamização socio-económica e cultural das mesmas. -----

----- Ainda no domínio da revitalização das zonas centrais da cidade, tem sido adoptada uma nova política no que respeita ao realojamento temporário. -----

----- Em vez da atribuição indiscriminada de subsídios, optou-se pelo arrendamento de fogos em áreas próximas das de residência, permitindo a manutenção dos laços e das vivências nas zonas intervencionadas, evitando a desertificação e o aumento da insegurança das mesmas. -----

----- Deste modo contribuiu-se para o incremento do mercado de arrendamento e a consequente preservação do edificado das áreas consolidadas da cidade. -----

----- Como exemplo temos: -----

----- Famílias Realojadas - N.º Total: 348 -----

----- 124 em fogos municipais; -----

----- 106 em habitações com comparticipação financeira; -----

----- 100 em fogos arrendados; -----

----- 18 em novas habitações sem encargos para a Autarquia. -----

----- A campanha de vistorias e respectiva actuação coerciva levou a que muitos particulares, confrontados com a efectiva intervenção camarária, optassem por ser eles próprios a realizar as obras, permitindo, dessa forma, que a CML se concentrasse noutras áreas de intervenção. -----

----- Alguns destes proprietários recorreram ao apoio dos programas de comparticipação financeira disponíveis: RECRIA/REHABITA, RECRIPH e SOLARH. Mesmo alguns Srs. Deputados Municipais, que aqui estão presentes nesta sala, poderiam ter recorrido provavelmente para o arranjo das suas casas. -----

----- N.º de Processos Entrados por Programa -----

----- Recria: 130 -----

----- Rehabita: 45 -----

----- Recriph: 162 -----

----- De referir que a afectação das verbas do Fundo Remanescente de Reconstrução do Chiado, dadas como perdidas, constituiu um estímulo suplementar para a reabilitação daquela área da cidade. Quantos seriam aqueles que ainda acreditavam na possibilidade da recuperação deste Fundo? -----

----- A promoção de parcerias público-privadas tem constituído um dos instrumentos de sensibilização e incentivo aos particulares para a necessidade e urgência da reabilitação dos seus edifícios, destacando-se a implementação do Programa Lisboa a Cores, desenvolvido em parceria com a EPUL. -----

----- Esta estratégia tem vindo a consubstanciar-se como motor de recuperação da habitação degradada na cidade. -----

----- Parque Edificado e Património -----

----- Durante o ano 2004 foram desenvolvidas, no âmbito deste objectivo, as seguintes actividades: -----

----- Construção -----

----- Fogos Municipais – 197 -----

----- Demolições e Emparedamentos -----

----- Foram acompanhadas 373 demolições, vários emparedamentos de edifícios municipais devolutos ou degradados, bem como de alojamentos precários (fogos e barracas), sempre que não se revelou possível proceder à respectiva reabilitação ou requalificação. -----

----- Intervenções Realizadas -----

----- Foram realizadas diversas intervenções em edifícios de habitação municipal e em obras dos bairros históricos, no âmbito da construção, conservação, manutenção, reabilitação, requalificação e demolição, com o objectivo de dar continuidade à resolução de problemas como a insegurança e insalubridade, visando a melhoria da habitabilidade municipal. -----

----- A actividade desenvolvida na área do Licenciamento Urbanístico tem vindo a aprofundar as grandes linhas de orientação do actual executivo camarário. -----

----- Refiro-me à reorganização e simplificação dos procedimentos do licenciamento urbanístico, de forma a possibilitar a decisão adequada nos processos pendentes que, ao longo dos últimos anos, se haviam acumulado. -----

----- Refiro-me, igualmente, ao assegurar de uma decisão célere e rigorosa nos processos recentemente iniciados. -----

----- A nível de grandes projectos, e em termos de acessibilidades, temos a assinalar: -

----- Av. Eng. Santos e Castro: depois das expropriações/aquisições de terrenos, encontra-se em construção prevendo-se a sua conclusão o final de 2005 e o princípio do próximo semestre, tendo sido executado cerca de 40% da iniciativa em causa em 2004. -----

----- Quinta das Conchas e dos Lilases: prazo de conclusão de toda a intervenção: 2º trimestre de 2005; 50% da execução desta obra foi concretizada em 2004. -----

----- Estrutura Verde Primária -----

----- Parque Florestal de Monsanto (PFM), um verdadeiro cancro da nossa cidade. -----

----- Revitalizar o Parque Florestal de Monsanto, animá-lo, foi uma das grandes linhas programáticas do Executivo camarário. -----

----- Nesse aspecto, muito fizemos. -----

----- Repavimentação de tapetes betuminosos e pintura das suas marcas rodoviárias. --

----- Instalação de guardas de protecção nas pistas cicláveis e de muros de suporte para pistas cicláveis na Estrada da Serafina, para promoção da segurança dos seus utentes; -----

----- Construção de uma pista de aerodelismo no Alto de Monsanto; -----

----- Conclusão da obra na Rotunda da Buraca; -----

----- Recuperação do lago de Montes Claros; -----

----- Em termos de Projectos, também avançamos: -----

----- Colocação da nova sinalização pedestre do Parque de Monsanto e do interior do Espaço Monsanto; -----

----- Estudo e elaboração da proposta de mobilidade e acessibilidades do Parque onde se incluem: -----

----- Rede de transportes públicos internos do Parque; -----

----- Rede de Vias Pedestres e Cicláveis do Parque, onde se propõe a criação de uma via circular interna do Parque para os ciclistas; -----

----- Estudo e elaboração da proposta de sinalização horizontal do Parque, nomeadamente de passagens de peões. -----

----- Criámos igualmente um Sistema de Segurança e Vigilância, para prevenir incêndios florestais e dotar os utentes da segurança desejável. -----

----- Procedemos à instalação de 5 depósitos de água de 80 mil litros e de um depósito de água de 120 mil litros para abastecimento das viaturas de emergência; -----

----- Reparámos as Pistas Florestais destinadas à circulação de veículos de emergência; -----

----- Instalámos um sistema de video-vigilância do Parque, que na sua 2ª fase se estendeu às Cavalariças, Quinta da Fonte e Espaço Monsanto. -----

----- Elaborámos um concurso destinado à concepção/construção do Centro Hípico do Parque. -----

----- Enfim, por uma vez Monsanto foi visto como um todo e foi garantida a utilização pelos lisboetas, por aqueles que o devem frequentar e não, como infelizmente acontecia no passado, ser um sítio fundamentalmente frequentado pelas prostitutas da nossa cidade. -----

----- Passemos para outra zona de Lisboa, o Parque da Bela Vista. -----

----- Preparámos o Parque para o evento Rock in Rio - instalação de infra-estruturas, execução de caminhos de acesso de camiões ao palco principal e estacionamento; ----

----- Criámos a rede de rega, abastecimento dos bebedouros, execução da praça da entrada, campo de futebol, parque de merendas, parque infantil e miradouro, para a restante área superior da zona Sul do Parque; -----

----- Estrutura Verde Secundária -----

----- Neste âmbito, fizemos intervenções de Diversa Natureza em vários Jardins da Cidade: Estrela, Lisboa Antiga, Parque Eduardo VII, Torel, Campo Santana, Campo Grande, Campo Pequeno, Capela de S. Jerónimo, Praça do Império, Olivais (diversos locais) e eucalíptal de Benfica. -----

----- Abrimos novos Parques ao público: Na Rua Cidade de Vila Cabral e Jardim Sá da Bandeira. -----

----- Peço-vos desculpa por estar a ser minucioso, mas tantas vezes pediram que fizéssemos uma intervenção mais aprofundada aquando da apresentação do Relatório, que desta vez resolvi fazer-vos a vontade. -----

----- Serviços Urbanos -----

----- No que concerne à iluminação pública, em 2004 foram desenvolvidas algumas acções de maior relevo, das quais assumiram particular destaque: -----

----- Restauro das Lanternas Pombalinas na Zona da Baixa-Chiado - acção iniciada em 2004, a concluir em 2005, situação que a não ser ultrapassada teria levado a que alguns, em vez de verem estas lanternas, teriam provavelmente levado com elas na cabeça. -----

----- Remodelação da iluminação pública da Avenida da Liberdade, Rua Barão Sabrosa e Rua Actriz Virgínia; -----

----- Remodelação da iluminação pública da Quinta da Luz (1.ª e 2.ª fases – esta última a concluir apenas em 2005); -----

----- Remodelação da iluminação pública da Avenida da Índia, Jardim Vieira Portuense e Praça Mouzinho de Albuquerque - acção iniciada em 2004, a concluir em 2005; -----

----- Tivemos outras intervenções de relevo, numa área nem sempre muito sensível: ---

----- Construção de colectores na encosta poente de Chelas e no Parque do Monteiro-Mor; -----

----- Reconstrução e consolidação do Caneiro de Alcântara em Campolide; -----

----- Reabilitação interna do colector na Av. do Brasil; -----

----- No que concerne à Higiene Urbana, em 2004 foram levadas a efeito várias acções. Entre elas: -----

----- Alargamento do sistema de recolha selectiva porta-a-porta em algumas zonas da cidade, através de contentores ou sacos especiais de cores para os resíduos: indiferenciados, embalagens, papel/cartão e vidro; -----

----- Identificação e encerramento de 31 depósitos de sucata; -----

----- No âmbito das infra-estruturas viárias, em 2004, elaborámos vários projectos e, para aqueles que não viram arranjar estradas nem passeios, aqui vão alguns números: -

----- Intervenção em calçadas (meios próprios): 1474 -----

----- Intervenção em betuminoso (meios próprios): 1971 -----

----- Manutenção de camadas de desgaste em diversas vias nas freguesias da cidade; --

----- Reconstrução da Calçada do Duque de Lafões; -----

----- Repavimentação da Rua de Santana à Lapa; -----

----- Construção de 4 parques de estacionamento para o Euro 2004. -----

----- Túnel do Rego e rede de acesso (em curso); -----

----- Desnívelamento da Av. Infante D. Henrique (em curso); -----

----- Consolidação da encosta do Bairro da Liberdade; -----

----- Acessibilidades ao novo estádio SLB; -----

----- Acessibilidades (2.ª fase) ao novo estádio SCP. -----

----- Das principais acções desenvolvidas no âmbito da prevenção e mobilidade rodoviária, destacam-se as seguintes: -----

----- Criação do novo Regulamento de Cargas e Descargas (em cooperação com a EMEL); -----

----- Introdução do sistema de acesso condicionado nas zonas de estacionamento de duração limitada nos bairros de Santa Catarina e da Bica: estudo da extensão do condicionamento do trânsito no Bairro Alto até à Rua do Século (cooperação com a EMEL); -----

----- Alargamento do sistema GERTRUDE para a zona do Areeiro; -----

----- Túnel do Marquês de Pombal: desvios de tráfego e nova sinalização semafórica;

----- Túnel da Avenida Infante D. Henrique: -----

----- Início da mega-emprego de sinalização horizontal na cidade; -----

----- Nova interface de Sete Rios, acabando finalmente com aquele interface que todos tão bem conhecíamos; -----

----- Implementação de 6 novos corredores BUS; -----

----- Inauguração de escola de trânsito. -----

----- Segurança dos Cidadãos, através da nossa Polícia Municipal, tantas vezes tão incompreendida na nossa cidade e a quem é devida uma palavra muito especial, porque com os poucos meios que detêm são capazes de fazer um trabalho claramente excepcional e que merece de todos nós o nosso reconhecimento. -----

----- No ano 2004 foram realizadas acções de fiscalização no âmbito dos bairros municipais, obras, venda ambulante e estabelecimentos comerciais: -----

----- Bairros Municipais -----

----- Pedidos de averiguações: 145 -----

----- Desocupações e despejos: 161 -----
 ----- Selagem de fogos: 2 -----
 ----- Obras -----
 ----- Fiscalizadas: 4.231 -----
 ----- Embargos: 151 -----
 ----- Autuações: 1272 -----
 ----- Actividade de Venda Ambulante -----
 ----- Vendedores fiscalizados: 4.655 -----
 ----- Apreensões: 4.489 -----
 ----- Autuações: 270 -----
 ----- Estabelecimentos Comerciais: -----
 ----- Fiscalizados: 420 -----
 ----- Autuações: 273 -----
 ----- Higiene Urbana: -----
 ----- Viaturas abandonadas removidas para depósito municipal: 343 -----
 ----- Viaturas rebocadas (Parque da PM): 8.254 -----
 ----- Viaturas bloqueadas: 18.666 -----
 ----- Autuações à Lei Estradal: 33.935 -----
 ----- Isto é uma demonstração clara e inequívoca da vontade política de trazer o peão para a cidade, claramente com uma penalização para aqueles que sistematicamente utilizam de forma não devida o automóvel. -----
 ----- No âmbito do programa Escola Segura, foi intensificada a vigilância às escolas, no sentido de uma maior segurança junto dos estabelecimentos de ensino: 249; -----
 ----- Regimento de Sapadores Bombeiros -----
 ----- Elaboração e implementação, durante a época estival, do Plano de Operações Monsanto 04, destinado a salvaguardar o Parque Florestal de Monsanto; -----
 ----- Prestação de socorro no sismo em Bam, Irão, de 26 Dezembro de 2003 a 4 de Janeiro de 2004; -----
 ----- Prestação de socorro no sismo em Marrocos, em Fevereiro de 2004; -----
 ----- Protecção Civil -----
 ----- No âmbito da Protecção Civil foram desenvolvidas diversas actividades ao longo de 2004, sendo de destacar as seguintes: -----
 ----- Segurança em Estabelecimentos de Ensino: -----
 ----- Programa Crescer na Segurança: destinado a estabelecimentos de ensino - 8.965 participantes; -----
 ----- Cursos e acções de formação, dirigidos a delegados de segurança, professores e auxiliares de acção educativa - 219 participantes; -----
 ----- Acções de informação e sensibilização, direccionadas para alunos; -----
 ----- Desenvolvimento Económico -----
 ----- Os objectivos estratégicos da Autarquia no que se refere ao desenvolvimento económico centram-se na promoção da qualidade de bens e serviços que são disponibilizados a todos quantos vivem, trabalham e visitam a cidade de Lisboa, corporizada, no ano 2004, nas seguintes medidas de relevo: -----

----- Construção, Remodelação, Modernização e Revitalização das Estruturas Comerciais Dependentes da CML: -----
----- Neste âmbito, merecem referência: -----
----- Impermeabilização dos terraços da cobertura do Mercado de S. Domingos de Benfica; -----
----- Continuação da construção do novo Mercado da Ajuda, que deve em muito breve estar pronto, e da execução do rebaixamento da cave e restauro dos painéis decorativos de azulejo da entrada principal do Mercado da Ribeira, obra também há muitos anos ansiada; -----
----- Intervenção ao nível da rede de frio nos Mercados (Encarnação Sul e Sapadores); -----
----- Início e conclusão da construção de infra-estruturas para transferência da Feira do Relógio. Já não há quem fale da velhinha Feira do Relógio, que finalmente saiu de onde estava e hoje, felizmente com melhores condições, está no local para onde foi transferida; -----
----- Início do processo de desactivação dos aglomerados de venda ambulante da Rua da Guia e Largo Chafariz de Dentro. -----
----- Promoção e animação da Cidade de Lisboa com Vista à Angariação de Novos Fluxos Turísticos. -----
----- Neste aspecto, refiro o apoio à Associação Moda Lisboa na realização das duas edições anuais da iniciativa ModaLisboa. Esta iniciativa, se não fosse provavelmente o apoio que é dado pela Câmara Municipal, tendo em atenção a retirada de apoios que foi feita pelo Governo Central, teria grandes dificuldades de continuar a subsistir; -----
----- Realização da Festa de Fim de Ano, em colaboração com a Associação de Turismo de Lisboa. -----
----- Acções de animação turística urbana, com destaque para os eventos BAIXAnima e AnimaCHIADO, eventos estes vindos do passado e que foram mantidos, que decorreram nos meses de Julho, Agosto e Setembro, e para a Animação Natalícia, que teve lugar de 16 de Novembro a 6 de Janeiro, também na Baixa e no Chiado. De destacar ainda a animação de rua realizada no âmbito do Euro 2004 em diversas zonas da cidade, este grande sucesso também na Cidade de Lisboa, que mostrou ser plenamente capaz de receber grandes eventos internacionais, como ficou claramente demonstrado com os eventos do Euro 2004 e do Rock in Rio. -----
----- Cultura -----
----- Aqui, realizaram-se um leque de actividades notáveis e introduziram-se melhorias de gestão em serviços fulcrais. -----
----- Biblioteca Central e Arquivo Municipal –A celebração de um contrato de consórcio com a EPUL com vista à construção do novo edifício no Vale de Santo António. Este projecto teve um progresso significativo, tendo sido já aprovado o programa base e estudo prévio, estando em fase de conclusão a aprovação do respectivo licenciamento pela Câmara. Foi realizado o Concurso público para a adjudicação da empreitada da primeira fase da obra. Está em vias de lançamento o Concurso público internacional com vista à construção da totalidade da obra. -----

----- Hemeroteca: as estruturas enfraquecidas do Palácio dos Condes da Atalaia obrigaram à deslocação das colecções mais consultadas para o antigo edifício do Jornal Record. A conclusão da respectiva remodelação, com base num projecto dos arquitectos João de Almeida e Pedro Ferreira Pinto, está prevista para 2005, devendo este espaço constituir o principal núcleo de consulta pública e afirmar-se como um elemento valorizador do Bairro Alto, onde se integra. -----

----- Museu Bordalo Pinheiro: encerrado há largos anos por motivo de danos estruturais provocados por uma obra privada contígua, está a ser objecto de uma reparação e remodelação para ser reaberto em 2005, por ocasião da celebração do CENTENÁRIO da morte do eminente artista. O projecto prevê a valorização do espaço envolvente e a criação de uma nova galeria de exposições temporárias, que permitirá a adopção de um novo programa museológico, com novos conteúdos, roteiros e materiais audiovisuais. -----

----- Teatro Maria Matos: preparação da intervenção para remodelação e modernização dos equipamentos cénicos e de sala, em articulação com a EGÉAC. Este Teatro encontra-se já encerrado, devendo a obra ficar concluída até Setembro de 2005. -----

----- Antiga Central de Correios do Terreiro do Paço: Remodelação deste espaço emblemático para albergar a exposição evocativa do terramoto de 1755. A exposição e os projectos que lhe estão associados servirão como base para a criação do futuro Museu do Pombalino, a situar no Terreiro do Paço. -----

----- Teatro Municipal São Luiz: O respectivo programa e resultados de operação revelaram uma equipa e uma estratégia consolidada na captação de público e na diversidade de uma oferta ecléctica: 530 eventos realizados para um total de 102.760 espectadores nos quatro espaços do conjunto que perfaz o São Luiz: -----

----- Orquestra Metropolitana de Lisboa – A.M.E.C.: Estabelecimento e consolidação da nova equipa directiva, com clarificação da situação anterior. Negociação e aprovação do 4º Acordo de Fundadores, que consagra definitivamente o novo modelo de gestão que o Município se empenhou em estabelecer nesta associação. As acções empreendidas em 2004 levaram a que fosse possível garantir contribuições financeiras suplementares por parte dos associados fundadores para debelar o défice económico da Associação. Com a adesão de dois novos membros do Conselho Superior de Promotores conseguiu também aumentar-se o valor das dotações anuais. -----

----- Exposições Emblemáticas -----

----- Pela sua relevância, assumiram particular destaque as seguintes iniciativas: -----

----- Exposição El Alma de Almada - mostra da obra gráfica de Almada Negreiros, realizada em colaboração com o Instituto Cervantes e que esteve também exposta em Madrid. -----

----- Semana do Japão – foi levado a cabo um conjunto alargado de iniciativas de divulgação da cultura daquele país na nossa cidade, em estreita cooperação com a Embaixada no Japão. -----

----- Metaflux - exposição que representou Portugal na Bienal de Veneza, e que foi trazida à Cordoaria, fruto de um protocolo com o Instituto das Artes. -----

----- Pessoa Revisited – no seguimento da estratégia de internacionalização da Casa Fernando Pessoa, realizou-se a exposição sobre a vida e obra de Fernando Pessoa, no Writer’s Centre, em Dublin. -----

----- Concertos e animação do centro da cidade e do Auditório Keil do Amaral, onde se registaram concertos muito participados, que incluíram Ennio Morricone em parceria com Dulce Pontes e a Orquestra Gulbenkian, entre outros. -----

----- Desporto -----

----- O valor dos subsídios concedidos em 2004 ascendeu a € 874.893,1, distribuídos por diversos clubes, colectividades, associações e Juntas de Freguesia. Elencam-se de seguida as instituições que, pelo valor que lhes foi atribuído, assumiram particular destaque: -----

----- Pavilhão desportivo a construir no campo de jogos da Rua Mem de Sá – Junta de Freguesia do Campo Grande; -----

----- Ginásio Clube Português (3.ª fase), piscinas e equipamentos complementares; ----

----- Instalações do clube de futebol e do complexo desportivo de Chelas; -----

----- Pavilhão desportivo da comunidade islâmica; -----

----- Pista de atletismo do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar; -----

----- De assinalar igualmente, as piscinas municipais que estão a ser construídas, situadas no Alvito, Ameixoeira, Belém, Vale Fundão, Rego, Santa Maria dos Olivais, e Rua Correia Teles. -----

----- Na piscina do Alvito, ainda neste momento temos um problema. -----

----- Intervenção Social -----

----- Principais programas, medidas e actividades desenvolvidas no domínio da intervenção social: -----

----- Planeamento e apoio à construção e requalificação de equipamentos sociais; -----

----- Projectos Roda e Praia-Campo (crianças); -----

----- Lx Amigo; -----

----- Reforço da rede social no apoio às pessoas idosas; -----

----- Operação para a Promoção de Emprego de Pessoas com Deficiência na Cidade de Lisboa; -----

----- Participação na Comissão Lisboa Cidade Aberta (pessoas com deficiência); -----

----- Plano Lx - Plano municipal de prevenção e inclusão de toxicodependentes e sem abrigo, com intervenção na comunidade, na família e no meio escolar; -----

----- Realojamento -----

----- Em 2004 foram realojados 566 agregados, dos quais: -----

----- 154 Provisórios e 412 Definitivos -----

----- Principais Obras Realizadas -----

----- ATL/Jardim de Infância Pastoral dos ciganos; -----

----- Refeitório e centro de acolhimento para os sem-abrigo; -----

----- Acessibilidade à Quinta Pedagógica dos Olivais; -----

----- Residência de estudantes na Rua do Cruzeiro. -----

----- Descentralização e Relações Externas -----

----- Ao longo de 2004, e de acordo com os protocolos celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de Lisboa, o Município carrilou para as referidas freguesias verbas no montante de € 13.281.371,05. -----

----- As verbas foram canalizadas para várias áreas e, porque este trabalho é fundamental e porque é uma das boas transferências que é feita pela Câmara, pelo trabalho que é concretizado, convém que se saiba que esse dinheiro foi fundamentalmente aplicado pelas juntas de freguesia em: -----

----- Obras de manutenção, reconstrução e reparação em espaço público, balneários, lavadouros e sanitários, habitações municipais, cooperativas e associações de moradores: € 4.351.094,31 -----

----- Educação e Juventude: € 823.535,35 -----

----- Desporto: € 3.331.699,81 -----

----- Acção Social: € 2.194.077,70 -----

----- Para além destas verbas, a CML transferiu ainda € 9.666.242, a título de participação das freguesias nas receitas municipais, como complemento do Fundo de Financiamento das Freguesias, previsto na Lei n.º 42/98. -----

----- Senhor Presidente, senhores deputados, senhores vereadores. -----

----- A actividade do Município de Lisboa ao longo do ano de 2004, foi financeiramente marcada por problemas conjunturais de tesouraria que se reflectiram num acréscimo das dívidas de curto prazo e nas aparentes baixas de taxas de execução. -----

----- Repito, aparentes baixas de taxas de execução. -----

----- Os problemas de tesouraria radicaram na impossibilidade da concretização na alienação de património cujos montantes vistos sustentavam 38% do Orçamento. De igual modo, a política de restrição ao endividamento municipal contribuiu também para a actual situação financeira do Município. -----

----- Estamos a falar de fontes que no passado tiveram um peso decisivo na actividade do Município, financiando uma parte significativa dos investimentos municipais. -----

----- Em 2004 o financiamento alheio utilizado situou-se em 5,9 milhões de euros, enquanto que no anterior Executivo o montante disponível atingiu em média 152 milhões de euros. -----

----- Quer dizer: estamos a falar este ano de um valor de financiamento alheio da ordem dos 5,9 em contra ponto com 152 milhões em média no Executivo anterior. Isto não é para ser comparado, é apenas para se perceber o que isto provoca em termos de situações de tesouraria. Estamos assim perante realidades de financiamento muito diferentes, e é à luz destes constrangimentos que devem ser contextualizadas as actuais taxas de execução financeira. -----

----- Em termos orçamentais os pagamentos que as disponibilidades de tesouraria permitiram potenciar uma execução global de 65%. Se considerarmos apenas o acréscimo das dívidas de curto prazo de 2004, no montante de cerca de 115 milhões de euros, a taxa de execução sobe para níveis da ordem dos 80% e todos sabemos que ela é bastante superior. -----

----- Não escondemos que a situação financeira do Município suscita algumas preocupações, embora estejamos certos que são em parte de natureza conjuntural os factores que a sustentam. -----

----- A venda do património em vez de se realizar, nomeadamente a hasta pública referente aos terrenos livres da Feira Popular e a hasta pública que esperamos fazer do Rêgo II contribuirá decisivamente para o reequilíbrio desta situação a muito curto prazo. -----

----- Estamos cientes que a venda de património não pode sustentar por muito tempo o Orçamento do Município, pelo menos em montantes tão significativos como os actuais. -----

----- Devem ser encontradas outras soluções que passam também pelas alterações das regras do endividamento municipal, bem como pela alteração da Lei das Finanças Locais. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa tem, do ponto de vista financeiro, margem para poder endividar-se no futuro. -----

----- A dívida actual, cerca de 560 milhões na sua esmagadora maioria, dívida produzida antes deste Executivo, representa uma longa maturidade de cerca de 16 anos, e gera no actual contexto das taxas de juro, o encargo inferior a 40 milhões de euros, incluindo o reembolso do capital, valores estes que nos parecem sustentáveis no contexto do orçamento municipal. -----

----- Acresce ainda que o valor desta dívida corresponde a cerca de 30% dos fundos próprios do Município, percentagem também de alguma forma confortável tendo em conta a subavaliação do património aparentemente constante nestas contas. -----

----- Há assim margem para de um modo sustentado recorrer a novos financiamentos alheios, logo que possível. -----

----- Ao mesmo tempo que não deve enjeitar-se o momento actual das taxas de juro, historicamente baixas, nomeadamente no segmento do longo prazo para contratualizar os instrumentos financeiros que permitam à Câmara proteger-se no futuro contra as inevitáveis subidas ou possíveis inevitáveis subidas de taxas de juro, numa óptica de gestão de cobertura de risco. -----

----- Espero apresentar a esta Assembleia Municipal oportunamente proposta neste sentido. -----

----- As contas de 2004, e particularmente as receitas verificam uma quebra de cerca de 6% da receita global, mas com as receitas próprias a situarem-se em patamares muito semelhantes às do ano passado, uma quebra inferior a 2%. -----

----- Deste grupo de receitas destaco pela sua importância os impostos directos que cresceram cerca de 10% em contra ciclo com a conjuntura económica global. -----

----- O crescimento da Derrama, mais de 46 milhões que em 2003, radica numa maior eficácia na liquidação deste imposto pela Administração Central. O seu crescimento, se tivermos em conta o acerto verificado relativo ao excesso de cobrança de 2002 situar-se-á em apenas 24 milhões, o que esbateria, como é óbvio, esse mesmo crescimento. -----

----- No que toca aos restantes impostos de realçar a quebra do IMT/Sisa em 14,4 milhões de euros e do IMI/Contribuição Autárquica em cerca de 8 milhões. -----

----- Quanto ao primeiro imposto aquela quebra, de alguma forma esperada, foi compensada com a transferência extraordinária de cerca de 20,7 milhões, contabilizados no início do corrente ano. -----

----- No que se refere ao IMI, embora o atraso da implementação da reforma do património possa ter também contribuído para o decréscimo verificado, consideramos que, a não aprovação das taxas máximas, como tínhamos proposto na Câmara, foi um dos principais resultados das razões para este resultado. -----

----- Posso apenas lembrar que os impostos directos em 2000 rondavam os 310 milhões de euros e neste momento rondam os 265 milhões. -----

----- Quanto às restantes receitas próprias verificou-se uma quebra nas receitas geradas pelos serviços: taxa de venda de serviços, em cerca de 6,5 milhões de euros, devido sobretudo a alguns atrasos verificados por razões informáticas na liquidação de algumas receitas, nomeadamente nas taxas de conservação de esgotos. -----

----- Do lado da despesa, ou seja, refiro-me concretamente aos pagamentos efectuados, foram realizados 522 milhões de euros, dos quais 203 afectos ao Plano de Actividades. Na despesa corrente, no valor de 363 milhões de euros, continua a assumir um peso determinante os encargos com pessoal, 238 milhões, ou seja, cerca de 65% da despesa corrente. -----

----- Quanto aos custos, de assinalar a diminuição dos custos operacionais em quase 15 milhões de euros, sobretudo devido ao decréscimo de fornecimentos e serviços externos em cerca de 10,5 milhões de euros, o que aliado ao crescimento dos proveitos operacionais, 13,9 contribuíram para o resultado operacional positivo de cerca de 1,2 ou seja, mais 28,3 milhões que em 2003. -----

----- Esta melhoria de resultados na área operacional contribuiu para a apresentação de resultados líquidos do exercício em 34,3 milhões de euros. Do ponto de vista legal foram cumpridos todos os equilíbrios financeiros, uma vez que as receitas foram superiores às despesas correntes em cerca de 51 milhões de euros, e os encargos com o pessoal do quadro situaram-se em 24,5 das receitas correntes de 2003, num parâmetro máximo de 60%. -----

----- Só para terminar, o endividamento líquido foi de menos 24,953, ou seja, à volta de 25 milhões de euros, primeira vez em que a dívida líquida, que o endividamento líquido do Município é negativo, e eu só fiz a análise até 1998, ou seja, é a primeira vez desde 1998 que assistimos a um endividamento negativo da parte do Município. --

----- Em relação às actividades desenvolvidas no corrente 2004, acho que o relatório é suficientemente desenvolvido e penso que todos os Senhores Vereadores estarão à disposição para qualquer esclarecimento que seja necessário dar área a área. -----

----- Chegado ao fim, deixem que vos diga - orgulho-me do trabalho realizado pela equipa onde me integro. Ele salta à vista, é inegável.” -----

----- **O Senhor Presidente** disse que, como era norma da Assembleia Municipal, os dois documentos eram debatidos em conjunto e depois seriam votados em separado. --

----- Estava já distribuída uma recomendação apresentada pelo Deputado Municipal Independente Rodrigo Gonçalves, que seria depois votada, na parte final. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, no uso da palavra, disse que a Comissão reunira por três vezes para analisar, sob o ponto de vista técnico, os documentos agora em apreciação. O trabalho efectuado pela Comissão, de certa forma, estava um pouco facilitado, na medida em que fazia parte da Comissão o Dr. Moctezuma, Revisor Oficial de Contas e que fazia sempre sobre esses documentos um conjunto de interrogações e de questões. -----

----- Sobre isso e sobre outras questões levantadas por outros membros da Comissão, responderam bem, quer o Senhor Vereador, quer todos os técnicos do seu gabinete e directores municipais e de departamento. Portanto, competia agradecer as informações prestadas e a disponibilidade demonstrada por todos, com a sua presença na Comissão. -----

----- Uma das questões fora levantada também em reunião de Câmara e referia-se à ausência do mapa obrigatório dos compromissos assumidos e não pagos. A Comissão levantou também esse problema, o mapa foi apresentado com a justificação de que não fora distribuído, e era verdade, porque se tratava de um volume muito grande. A Comissão compreendia essa situação. -----

----- Também nas erratas que foram distribuídas se verificou cuidadosamente que não puseram em causa as Demonstrações Financeiras. Daí que, sob o ponto de vista técnico, a Comissão considerou que a Assembleia Municipal estaria em condições de politicamente assumir a atitude que entendesse sobre os documentos, que sob o ponto de vista técnico estavam de acordo com a legislação em vigor. -----

----- Referiu ainda que o Senhor Vereador Pedro Pinto tinha entregue um documento, que fora distribuído na Assembleia Municipal, relativamente às taxas de execução. A Comissão não se pronunciou sobre esse documento, até porque não teria tempo de o fazer, mas não queria dizer que cada um não tivesse a sua opinião. Pessoalmente, tinha uma opinião sobre esse documento, mas não lhe parecia certo expressá-la agora, na qualidade de Presidente da Comissão. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que, antes de mais, queria agradecer ao Senhor Vereador Pedro Pinto pelo esmagador balanço que tinha feito na Assembleia Municipal sobre a actividade e a acção da Câmara Municipal. No entanto, parecia-lhe que toda essa informação poderia ter vindo na informação escrita, que normalmente o Senhor Presidente da Câmara fazia à Assembleia Municipal. Eram muitas páginas, elencando milhares de acções e procedimentos e onde tudo cabia, tudo o que era importante e a maior parte daquilo que era gestão corrente e normal da Câmara. Parecia que, no balanço final, se tinha despedido da Assembleia. -----

----- Seguidamente, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Estamos a apreciar, debater e votar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do 3^o ano do Mandato, é não só avaliar o trabalho realizado ao longo de 2004, mas igualmente fazer uma apreciação das propostas lançadas quer no início do

ano, quer na apreciação e evolução das estratégias lançadas no início do mandato pela actual maioria PSD/CDS que governa a Câmara. -----

----- Como se trata praticamente do relatório de final de mandato, dado que as eleições se vão realizar em Outubro próximo, podendo ser analisados apenas 9 meses de actividade desta maioria, pelo que a execução do ano de 2004, é uma espécie de antecipação do nível de execução do mandato. -----

----- Na última informação escrita do Sr. Presidente já se previa o falhanço desta gestão, que desde logo o previmos e denunciámos. Acima de tudo o PCP ao longo do mandato sempre afirmou e defendeu, que o importante para a cidade de Lisboa, era uma gestão virada para a resolução dos problemas da cidade e dos cidadãos, e são muitos que ficaram por resolver, e não virada para os interesses estritamente partidários e eleitorais o que lamentamos. -----

----- Nesse debate o Sr. Presidente, de então e actual, desafiou a Assembleia para apreciar a execução do trabalho quando as contas do ano estivessem fechadas, vindo a afirmar que a obra feita era muita e significativa e que em 2004 seria a melhor de sempre, o que augurava a continuação desta maioria na Câmara, na realidade a análise das contas desmente qualquer interpretação de boa gestão da cidade. -----

----- Só podemos compreender tais afirmações de V. Exa., como um salto para a frente, sem base e sem qualquer preocupação séria pelo que acabava de afirmar. -----

----- Vamos ao concreto: -----

----- Atingiu-se a pior taxa de execução do Plano de Actividades - 46,4% -----

----- Atingiu-se a pior taxa de execução do Plano de Investimentos - 35,6% -----

----- Atingiu-se a pior taxa de execução da receita - 65,3% -----

----- Atingiu-se a maior dívida a terceiros de curto-prazo 253 milhões (dos quais 196,7 milhões são directamente relativos a fornecedores) -----

----- A gravíssima situação financeira com que se confronta a CML deve-se exclusivamente à incompetência e má gestão da maioria de direita que governa a Câmara e a todos os que nesta Assembleia viabilizaram contas e orçamentos. -----

----- No futuro a próxima Câmara confrontar-se-á com um sobre-esforço económico e de saneamento financeiro, limitando investimentos indispensáveis e urgentes. O mais grave é que esta situação não corresponde a obra e projecto que perdure no tempo. ----

----- A taxa de execução do Plano de Actividades na CML em 2004 foi a pior de sempre, 46,4%, -----

----- Mas comparando a evolução, em 2001, 68,90%, foi fruto da obra em curso vinda da gestão anterior. -----

----- Em 2002, 62,10% -----

----- Em 2003, 55,50% -----

----- Isto prova exactamente o contrário do que tem vindo a ser afirmado pelo Senhor e pelos seus vereadores, ao longo do mandato. -----

----- Assim, o que facilmente se verifica é que a execução foi em curva descendente desde que a Câmara tem maioria PSD/CDS-PP. -----

----- De 2001 para 2004 a taxa de execução baixou 22,51%. -----

----- Esta baixa taxa de execução em Lisboa, reflecte a política de direita, que nós tão bem conhecemos, porque não é substancialmente diferente daquilo que a AD do Eng^o Abecasis fez anteriormente, deixando a cidade num caos completo, o que infelizmente para os lisboetas este mandato vai confirmar uma idêntica situação. -----

----- Esta incapacidade de gestão e de organização, apenas com a preocupação mediática e eleitoralista, destruindo tudo o que de bom tinha sido feito, em mandatos anteriores mesmo aquilo que estava consolidado, como sejam as alterações estruturais dos serviços do município, concentrando serviços, em Direcções Municipais e Departamentos, nomeadamente as (Obras) que estavam testados e que qualquer tipo de concentração retirar-lhe-ia operacionalidade, como está a ser provado. -----

----- A desorganização em que hoje se encontram os serviços do município, com consequências graves nas pessoas, e na sua actividade, paralisando muitos serviços, desinteressando técnicos e outros funcionários, anteriormente motivados, mas por quem esta maioria tem pouco respeito. Embora afirme publicamente o contrário, a realidade veio a demonstrar que assim não é. -----

----- Aí estão os consequentes prejuízos para o município, e para os lisboetas, que viram neste período negro da gestão da cidade os maiores atropelos, designadamente, no Planeamento Urbano, no Espaço Público, na destruição da actividade desportiva popular, no immobilismo da conservação de edifícios, do património imobiliário, na falta de apoio à segurança dos cidadãos, para falar apenas nalguns dos mais graves problemas com que a cidade vai ficar confrontada no futuro. -----

----- A crescer a tudo isto as dívidas a curto prazo e o saldo de gerência, são mais um exemplo de uma gestão ruínosa e casuística, sem rumo nem execução concreta. -----

----- A receita que não dependia exclusivamente da gestão teve um bom comportamento ao contrário a receita que dependia do executivo da Câmara foi de baixa execução, o que mais uma vez comprova a incapacidade deste executivo e dos seus presidentes em primeiro lugar. -----

----- Outras comparações poderiam ser feitas mas que não adianta enunciar porque existem tantos desequilíbrios que só agravariam a análise que estamos a efectuar. -----

----- A taxa de execução do Plano em 2004, foi a pior de sempre, como já referi. Passemos aos dados concretos de 2004. -----

----- A questão mais relevante é que todos os objectivos/Programas do Plano de Actividades, com maior importância para a vida dos cidadãos e para o funcionamento da Cidade foram bastante afectados. -----

----- Senão vejamos as suas taxas de execução: -----

----- Na reabilitação Urbana, 20%, nas Infra-estruturas viárias, 15,28%, na segurança dos cidadãos, 39,16%, no Desporto, 48,29%, na Juventude, 50,88%, para citar apenas algumas, embora como se sabe a generalidade da execução foi quase insignificante. ---

----- Dos objectivos citados, gostaria ainda de realçar que dentro deles as rubricas seguintes tiveram uma execução muito baixa e são de grande projecção para a vida da cidade e dos seus municípios: -----

----- Parque edificado e Património -----

----- Conservação de edifícios, 19,52%; -----

----- Infra-estruturas Viárias -----
----- Novas Vias, 16,32%; -----
----- Manutenção e Conservação 14,34% -----
----- Educação e Juventude -----
----- Equipamentos escolares, 23,87% -----
----- Desporto -----
----- Infra-estruturas desportivas, 15,64% -----
----- Organização Municipal -----
----- Modernização administrativa, 38,88% -----
----- É claro que tudo o que dependia de terceiros, isto é naquilo que foram a
transferência de verbas para instituições, Associações e Juntas de Freguesia, aí a
execução foi elevada, porque nada custa transferir verbas, sem critérios justos e
transparentes, como se tem verificado. O mais difícil é programar, decidir e executar
as decisões como fica provado com os documentos em discussão. -----
----- É hoje claro que, à medida que se foram esgotando os projectos e obras da
anterior gestão, também foi diminuindo a capacidade de execução da actual maioria e
a verdade vem sempre ao de cima, como o azeite, apesar de toda a propaganda. -----
----- É o caso da propaganda recente de trazer mais 39 famílias jovens para o centro
da cidade em fogos da CML para arrendamento. -----
----- É trágico dado ser insignificante o número de jovens atingidos. Os senhores nem
têm o cuidado de verificar as estatísticas dos anos de 2002 e 2003, em que Lisboa,
perdeu cerca de 25 mil habitantes, portanto a perda de habitantes em Lisboa, cresceu
em média, mais nos 2 últimos anos do que durante os anos de 1991 e 2001, conforme
dados do INE. -----
----- Como é sabido e está no programa eleitoral do PSD um dos seus objectivos era
trazer mais população jovem para Lisboa, o que como acabo de afirmar, isso não só
não se verificou como a desertificação aumentou significativamente. -----
----- Lamentavelmente temos de afirmar que com esta governação, quem perdeu
foram os lisboetas, pela incapacidade demonstrada ao longo de todo o mandato, mas
com grande incidência no último ano. -----
----- Naturalmente que quem quiser ser sério na apreciação, não vai ter qualquer
dificuldade em perceber o que na realidade se passou. -----
----- Para além duma gestão casuística, e de promoção pessoal pouco ou mesmo quase
nada foi feito excepto alguns dos projectos aprovados e as alterações simplificadas do
PDM e que são muito negativas, quer para o erário público, quer para a gestão da
cidade, que, por sinal, infelizmente tiveram apoio do grupo municipal do PS e de
outros grupos parlamentares desta Assembleia, apoiantes da CML. -----
----- Um exemplo, está na actual situação em que o Ministério Público dá razão à
queixa apresentada pelo PCP sobre a ilegalidade do Alvará de Construção autorizado
pela Câmara na zona de Alcântara, sendo que o próprio Ministério Público irá interpor
junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, uma acção pedindo a declaração
de nulidade do Alvará referente ao prédio do Pingo Doce e o embargo dessa obra, que
em desobediência ainda não parou. -----

----- Também o chamado estudo urbanístico Alcântara XXI, foi considerado ilegal porque não constitui nenhum Plano de Ordenamento do Território. -----

----- Com esta decisão o MP comprova tudo o que o PCP tem vindo a defender, nomeadamente, o imperativo da realização de Planos de Urbanização ou de pormenor como salvaguarda de reconversão urbanística equilibrada e sustentada e a garantia da participação popular e do papel desta AML. -----

----- E mais recentemente, segundo a Comunicação Social, também o IPPAR exigiu o Plano de Pormenor para a Urbanização do Restelo (Belenenses). -----

----- Meus senhores e minhas senhoras, com a atribuição de meio tempo aos vereadores e as suas constantes substituições bem como de presidentes e vice-presidentes, a nomeação de administradores de Empresas Municipais com alterações de responsabilidade a todo o momento, conduziu à instabilidade e a uma gestão ruinosa com os consequentes prejuízos para a cidade. -----

----- Por tudo isto a resposta aos problemas da cidade ficou prejudicada. É uma falta de respeito para com os eleitores que vos deram a maioria na Câmara e que hoje ao apreciarmos estes documentos fica completamente provada a incapacidade e o desrespeito pelos Lisboaetas. -----

----- A desfaçatez vai tão longe que o Sr. Vereador Pedro Pinto chegou a afirmar em reunião de Câmara, segundo os registos magnéticos, que a execução financeira nada tem a ver com a execução de obra, e que a execução orçamental, caso tivesse tido receitas, seria de 80%. -----

----- Vem agora apresentar-nos uns números incríveis, quase ilegíveis, baseados não nos mapas do POCAL, conforme refere à própria informação dos serviços, mas na soma das facturas pagas, constantes nas demonstrações financeiras, com as facturas em conferência e as facturas conferidas, relativas a 2004. Não classifica as facturas por pagar de acordo com a sua natureza económica, classificação fundamental para a avaliação dos equilíbrios financeiros legalmente exigidos. Classifica-as apenas como sendo de plano ou de funcionamento. Para nos apresentar taxas de execução em determinados objectivos do plano de 160%. Por favor! Não insulte a nossa inteligência. O que estamos aqui a aprovar é o Relatório e as Demonstrações Financeiras relativas a 2004 elaboradas de acordo com o POCAL. Se quiser apresentar-nos a dívida a fornecedores de curto prazo, apresente-as de acordo com o mapa 8.3.6.2 do POCAL. -----

----- E os documentos em aprovação demonstram uma governação à vista, casuística e desorientada. Esta informação suplementar que nos facultou à prensa apenas demonstra mais uma vez, isso mesmo. -----

----- Quem sai prejudicado com isto tudo é a cidade e o povo de Lisboa que já viram 3 anos perdidos com esta gestão ruinosa do PSD-CDS/PP. -----

----- Tal como na votação do Plano e Orçamento de 2004, agora, por maioria de razão, face a estes desastrosos resultados, e a persistência nestas mesmas políticas, nós PCP votaremos contra o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2004.” ----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que havia a originalidade de se estar perante uma Câmara Municipal com dois Presidentes de

Câmara de facto e de ter sido um Senhor Vice-Presidente a apresentar as Contas. Nem um, nem outro. -----

----- Acima de tudo, havendo consciência de que o Relatório e Contas dizia essencialmente respeito ao período da gestão em que o Sr. Prof. Carmona Rodrigues foi de facto o Presidente da Câmara, muito lamentava que ele se tivesse ido embora mal terminou a intervenção do Senhor Vice-Presidente e que também não estivesse o Senhor Vereador Fontão de Carvalho, que, ao fim e ao cabo, fora o “queijo limiano” do Sr. Prof. Carmona Rodrigues. Era essa circunstância que queria registar em primeiro lugar. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que era bom ter-se memória. Uns anos antes, perante uma situação que fazia parte da história política, tinham-se insurgido de forma muito exuberante, quiçá justa, quanto ao facto de um deputado numa outra assembleia ter decidido apoiar um determinado orçamento e ter saído da linha de votação do seu próprio partido. O que aconteceu aqui foi que o Sr. Prof. Carmona Rodrigues resolveu convidar um deputado eleito pela oposição, embora independente, sem abrir conversações com esse mesmo partido, que lhe teria dito não, nenhum dos seus eleitos participaria na Vereação da Câmara. Portanto, teve o seu “queijo limiano” e a verdade era que essa dupla era também a principal responsável pelo Relatório de Contas, que o PS iria votar contra, evidentemente. -----

----- Percebia o discurso do Senhor Vice-Presidente da Câmara, que era um discurso de afirmação de lugares comuns, um discurso de afirmação de obra de gestão, que qualquer autarquia, boa ou má, tinha que fazer. Se havia um buraco na rua, ele tinha que ser tapado. Era um discurso para o Sr. Prof. Carmona Rodrigues, porque, apesar de tudo, era um discurso interno. Aliás, permitia-se uma piada, porque se tivessem feito e demonstrado esse discurso ao Sr. Dr. Marques Mendes, talvez o candidato do PSD fosse outro, porque na obra “o seu a seu dono”. O problema era que estavam como o anúncio, falavam, falavam, falavam, mas ninguém os via a fazer nada. -----

----- O Relatório não podia merecer a aprovação do PS. Estava-se perante a pior taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos de todos os tempos, 35.3%, da dupla Prof. Carmona Rodrigues – Prof. Fontão de Carvalho, mas também sob o manto diáfano protector do Dr. Santana Lopes. -----

----- A pior taxa de execução do Plano Anual de Actividades que havia memória na Câmara, 46.4%. -----

----- A maior dívida de sempre a fornecedores, 211.2 milhões de euros. Curiosamente, teve um aumento brutal no período de gestão do Sr. Prof. Carmona Rodrigues. -----

----- A pior taxa de realização de receitas previstas no Orçamento. -----

----- De entre as más percentagens de execução do Plano Plurianual, destacava-se a área da reabilitação urbana, motivo de um grande *show-off* dias antes, apresentada como emblemática e primeira prioridade pela actual maioria e que se cifrava apenas nos 10.3%. -----

----- As próprias demonstrações financeiras apresentadas, no entender do PS, não eram fieis em relação à real situação financeira das Contas do Município, porque pelo

menos não estava contabilizada a dívida à Parque Expo, já aceite pela Câmara Municipal de Lisboa, de 155.1 milhões de euros. -----

----- Tinha sido um período negro na história de gestão da maioria de direita, que já de si era bastante difícil, já de si era bastante negativo, mas que foi extremamente acentuado no último ano. -----

----- Para terminar perguntava onde estaria o Prof. Carmona Rodrigues, porque é que ele não estaria a responder pelas Contas, porque é que já estava em campanha eleitoral, porque é que permitiu que fosse o Senhor Vice-Presidente a apresentar as Contas, porque é que não esteve presente o Senhor Vereador das Finanças nesse tempo inteiro, porque é que não estava o Dr. Pedro Santana Lopes. Aí compreendia, pois ele não podia ser o culpado do último ano de gestão financeira da CML. -----

----- **O Deputado Municipal Pessanha da Silva (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Deus, no uso da palavra para um protesto, disse que o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho já habituara a Assembleia a intervenções confrangedoras e tristes. Hoje era mais uma e por uma razão muito simples, porque era o campeão em usar a palavra “trapalhadas” e, de facto, as trapalhadas eram só na sua cabeça. -----

----- Quando tinha a ousadia de falar em “queijo limiano”, nem sequer sabia fazer contas. A Câmara Municipal tinha naquela altura nove vereadores de maioria contra oito de oposição e, portanto, o Senhor Vereador Independente não fora nenhum “queijo limiano”. Havia uma confusão mental e uma trapalhada, mas era sempre. O Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho tanto queria falar em trapalhadas que depois confundia-se a si e ao seu partido, pondo mesmo em cheque o seu partido. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um contraprotesto, disse que provavelmente iria fazer outra intervenção confrangedora, mas não podia fazer mais nada. -----

----- Provavelmente, o Sr. Prof. Carmona Rodrigues tinha achado, e parecia-lhe injusto, que todos os Vereadores da maioria seriam incompetentes para assumir a pasta das Finanças e foi roubar um Vereador à oposição. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que queria pedir desculpa à Assembleia, mas pela primeira vez teria que se retirar. Pedia também desculpa à Câmara Municipal, mas tinha mesmo necessidade de sair. -----

----- Neste momento, perante a ausência do Senhor Presidente, assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Primeiro Secretário, passando a Segunda Secretária a Primeira Secretária e a Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP) a Segunda Secretária. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que a análise que fazia ao Relatório de Gestão e às Demonstrações Financeiras da CML de 2004 levava a concluir que fora um ano bastante negro no respeitante ao trabalho do Executivo Camarário. Havia anos assim. -----

----- Essa conclusão era visível a vários níveis e desde logo pelo aumento do endividamento do Município, com as dívidas a curto prazo a atingirem valores que ultrapassavam os 250 milhões de euros. A dívida a fornecedores e outros credores mais que duplicou de 2003 para 2004. -----

----- Depois, ao comparar-se as despesas correntes com as despesas de capital, havia a percepção do nítido agravamento das despesas de funcionamento em detrimento das despesas do Plano. Dos 53% que representavam em 2003, as despesas de funcionamento em 2004 representavam 61% do total. No sentido inverso caminhavam forçosamente as despesas do Plano, que de 46% em 2003 caíram para os 39% em 2004. -----

----- Por outro lado, as despesas correntes, com um valor total de 364 milhões de euros, representavam nem mais nem menos que 70% do total das despesas. Por isso, as despesas de capital, num valor global de 159 milhões, apenas representavam 30% do total, sofrendo uma diminuição acima dos 85 milhões de euros face a 2003. -----

----- Finalmente, a baixíssima taxa de execução, tanto do Plano Anual de Actividades como do Plano Plurianual de Investimentos, que permitia ver com muita nitidez não só a falta de projecto, como as dificuldades de governação do actual Executivo e o insuficiente grau de eficácia da gestão municipal. -----

----- As despesas relativas ao Plano Plurianual de Investimentos tiveram uma execução de apenas 35.3%, contra os 48% em 2003. Era muito pouco. Mas se era pouco quando se comparava com 2003, o que dizer se comparasse com 2001. Chegava-se à brilhante conclusão de que 2004 teve uma taxa de execução um pouco acima de metade da taxa de execução de 2001, o último ano de gestão da coligação de esquerda. -----

----- Quanto ao Plano de Actividades, o cenário repetia-se, com uma execução de apenas 46% contra os 55% de 2003 e muito longe da execução ocorrida em 2001, que se situou em valores muito próximos dos 70%. -----

----- Os valores eram piores ao longo do tempo, mesmo quando comparados com o próprio desempenho. -----

----- Para além dos números que se podiam ler e sobre os quais cada um faria as respectivas leituras, interessava também falar daqueles que não se conseguia encontrar, sobretudo quando se ficava sem compreender os reais motivos dessa omissão. Estava-se a referir às dívidas da CML à SIMTEJO. Sabia-se que numa assembleia de accionistas da SIMTEJO em Novembro de 2004 fora dito que a Câmara Municipal, através do Senhor Vereador Fontão de Carvalho e do Senhor Presidente da Câmara de então, Prof. Carmona Rodrigues, tinha chegado a um acordo com a SIMTEJO e estava tudo resolvido, faltava apenas a passagem dos processos pelo tribunal. Depois, na reunião de Câmara de 13 de Abril, durante a discussão do Relatório de Gestão e Demonstração Financeira 2004, ouviu-se o Senhor Vereador Fontão de Carvalho dizer sobre o assunto duas coisas ligeiramente diferentes: -----

----- Primeiro, que a dívida efectivamente não existia. Depois, que o que faltava era acordar o montante. O Senhor Vereador chamou-lhe então compromisso, em vez de dívida, mas como não sabia o montante não se podia, por esse motivo, ser reflectido nos documentos. Era confuso, mas era assim. -----

----- Em finais de 2001 a Câmara assinara um contrato com a SIMTEJO e a concretização desse contrato ocorreu em 2002. A partir de 1 de Maio desse ano foram transferidos 99 trabalhadores da EMARLIS para a SIMTEJO. Mais uma prestação de

serviços que estava a ser executada pela SIMTEJO e a Câmara continuava a dizer não existir dívida à SIMTEJO, isso na primeira versão do Sr. Vereador Fontão de Carvalho, ou que existia apenas um compromisso mas sem acordo quanto ao montante. -----

----- Perguntou em que é que se ficava. -----

----- Continuava sem compreender os motivos da existência penosa da EMARLIS, uma vez que as suas atribuições e objecto foram transferidos para a SIMTEJO. Tinha até recebido uma convocatória, curiosamente a quarta, para tomar posse como membro do Conselho Geral da EMARLIS, isso apesar de já ter estado no Conselho Geral da EMARLIS dois anos antes, mas chegava agora a convocatória para a tomada de posse. Entretanto, durante esses dois anos ficara sem saber qual o trabalho que a EMARLIS estava a desenvolver e como, porque o seu quadro de pessoal foi quase todo transferido para a SIMTEJO, ficando apenas 2 ou 3 funcionários, para além do Conselho de Administração. -----

----- Perante o silêncio de dois anos, tinha até pensado que a Câmara estaria a proceder à extinção da EMARLIS, mas parecia que, afinal, continuava a existir penosamente, sem ninguém perceber porquê. Assim era difícil haver execução, mesmo que houvesse muita vontade. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para prestar um esclarecimento, disse que, por lapso, o Senhor Vereador Fontão de Carvalho tinha dito realmente que a dívida à SIMTEJO, em princípio, não estaria contabilizada nas Contas apresentadas. -----

----- Tivera o cuidado, até por perceber a atenção com que estava a ser acompanhada pelos partidos da oposição, de pedir esclarecimentos totais sobre essa matéria, que já dera na reunião da Comissão de Finanças. -----

----- A dívida à SIMTEJO, embora resultasse de um acordo que não estava perfeitamente legalizado, isso desde 2001, que ficasse claro, mas o que interessava saber era se estaria contemplada ou não a dívida e queria dizer que sim. No valor que aparecia do total das dívidas, estavam lá contemplados 38.055.427, que era exactamente o valor da dívida à SIMTEJO. -----

----- Portanto, não era por essa razão que podia alguém dizer que não votava o documento. Podia ser por outra razão qualquer, mas não por essa. -----

----- Também não fazia grande sentido, e já ia sendo recorrente, falar-se nas dívidas à Parque Expo. Toda a gente sabia que se estavam a discutir as Contas de 2004 e o acordo da Parque Expo, que ainda nem estava feito, seria apresentado nas Contas de 2005. Isso era evidente para qualquer pessoa e bastava lembrar que, se assim não fosse, os resultados da Parque Expo, que vinham de muitos anos atrás, estava-se a falar de cerca de 150 milhões, mas que provavelmente apenas 20 ou 25 milhões corresponderiam aos últimos 2 ou 3 anos, queria dizer que se estiveram a aprovar Contas que não deveriam ter aprovado nos últimos anos para trás. Portanto, não fazia qualquer sentido, podia ser outro tipo de argumento mas não esse. -----

----- A SIMTEJO fazia parte dos Relatórios de Contas e estava perfeitamente contabilizada. A Parque Expo, não fazia sentido e seria um erro claro ter neste

momento registado um acordo que ainda nem sequer estava finalizado entre a Câmara e a Parque Expo. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, no uso da palavra, disse que as Contas de 2004 reflectiam, no geral, uma situação complexa de gestão em que a Câmara Municipal teve que se mover. Era complexa porque teve que se mover dentro de uma espécie de colete de forças. Como se sabia, em gestão, para se fazer despesas tinha que haver receitas, sem receitas não havia possibilidade de se realizar despesas, a não ser que porventura se recorresse ao endividamento. Acontecia que a Câmara Municipal não podia recorrer ao endividamento, por limites que foram estabelecidos a nível legal, de não recurso ao endividamento alheio. -----

----- A Câmara tinha os limites ultrapassados em relação à capacidade de endividamento, situação essa que já vinha de anos anteriores, pela simples razão de que quando foi necessário desenvolver os programas do PER a Câmara acabou por recorrer a endividamento, aproveitando o bónus que o Governo dava de 50% para esses financiamentos e aproveitando a possibilidade de recorrer a crédito bancário com uma bonificação de 75% nas taxas de juro. O PER fora um plano muito bem conseguido, justamente face à conjuntura, ou seja, conseguiu-se erradicar praticamente as barracas em Lisboa e a Câmara conseguiu obter o equilíbrio orçamental também por essas razões, por financiamento de recurso à banca, por subsídios do Estado e por subsídios da Comunidade Europeia. -----

----- A esse facto associava-se um outro, de que a Câmara acabou, por essa razão, de ter que envolver valores substanciais nos planos orçamentais para cada um dos anos, ou seja, acabou por empolar os próprios orçamentos camarários. Um orçamento camarário que actualmente, para se ajustar à sua capacidade de receitas próprias, andaria nos 450 a 500 milhões de euros, com essa situação de recurso a financiamento externo atingiu montantes na ordem dos 700 a 800 milhões de euros. Face ao constrangimento em que a Câmara agora tinha que se mover, houve uma redução da capacidade de recursos na ordem dos 200 milhões de euros. -----

----- Naturalmente que isso reflectia-se um pouco na contabilidade patrimonial, até porque, como todos constataram, agravou-se o endividamento de curto prazo, sobretudo por parte de créditos a fornecedores. Mesmo assim, a situação não era tão calamitosa como a pretendiam apresentar alguns Srs. Deputados Municipais da oposição. -----

----- Na questão dos números tinha que se jogar sempre com os números do activo e do passivo, para se perceber bem a situação. Em relação ao activo, acontecia que a variação dos créditos concedidos, ou seja, aqueles que a Câmara concedeu a terceiros, houve uma variação de 2003 para 2004 de 28.916.823 euros. No passivo, a variação nas dívidas a terceiros, ou seja, os compromissos que a Câmara assumiu, teve uma variação de 133.578.632 euros, menos o endividamento em 2004 de 253.065.321 euros, o que dava uma diferença de 115.486.689 euros. A diferença entre a diferença, desculpassem o pleonasma, de rubricas do activo e a diferença de rubricas do passivo dava um valor de 86 milhões de euros. -----

----- Acontecia que nas despesas de capital, a Câmara acabou por gastar mais em investimentos do que justamente aquilo que realizou com a venda de equipamentos, ou seja, investiu em bens de capital 96 milhões de euros e vendeu bens de investimento de 65 milhões de euros, uma diferença de 31 milhões de euros. -----

----- Se fosse feita a diferença das variações do activo e do passivo com as de despesas de capital, resultava uma verba final de 55 milhões de euros. Esse é que era verdadeiramente o endividamento líquido que haveria que pagar, sem que houvesse contrapartidas aparentes para lhe fazer face. -----

----- Como todos sabiam, no Orçamento para 2004 a Câmara tinha previsto recorrer à venda de bens imobiliários, como fosse o problema dos terrenos de Entrecampos. Estavam em curso negociações desde há muito, como todos sabiam e principalmente os elementos da Comissão de Acompanhamento do Parque Mayer, que acompanharam esse assunto bem de perto, sabiam que as negociações foram longas e por essa razão a situação do Parque Mayer não se resolveu tão depressa quanto seria desejável. Daí resultou que a Câmara não teve possibilidade de vender esses bens, porque não estava a situação completamente ultrapassada. -----

----- A situação do Parque Mayer já estava negociada e nessa negociação estava previsto que dos terrenos remanescentes da troca em Entrecampos, a Câmara iria proceder à sua alienação pública, sendo os proveitos dessa alienação para solver compromissos que a Câmara assumiu. Fazendo umas contas muito simples, verificava-se que da venda desses terrenos, já anunciado pela Câmara que lançaria em praça pública possivelmente em Maio ou Junho, resultariam valores na ordem dos 65 a 70 milhões de euros. A Câmara tinha possibilidades de ir buscar aí valores dessa ordem de grandeza, que cobririam largamente o valor das diferenças que tinha referido anteriormente. Se atingissem 70 milhões de euros, havendo uma situação líquida a cumprir de 55 milhões de euros, ainda ficava com folga para fazer face a outros compromissos. -----

----- Quanto a isso, parecia-lhe que qualquer um compreenderia, era uma questão muito simples de raciocínio em termos de números. -----

----- Quanto ao problema da contabilização da situação da Parque Expo, já tinham feito alusão dois Deputados Municipais, um dos quais o Deputado Municipal Martinho Baptista, dizendo que a Câmara, em relação a algumas obras que tinha conseguido do Plano de Actividades, tinha-as conseguido porque eram resultado da gestão anterior. A pergunta que fazia era se a dívida da Parque Expo também era resultado da actual gestão. Aquela que agora tanto empenho faziam em que fosse incorporada nas Contas de 2004, que tecnicamente estava mal interpretada, que só podia ser incorporada nas Contas de 2005 porque só em 2005 é que houve uma decisão da Assembleia Municipal, quem tinha legitimidade para aprovar aquilo que foi aprovado, e só a partir daí é que os senhores da Contabilidade da Câmara podiam incorporar esse valor da dívida. -----

----- Daqui por um ano iriam dizer que a Câmara se endividou em 31 milhões de contos, mas esses 31 milhões de contos eram da Expo 98. Foi na gestão anterior que houve esse endividamento e não na actual. A actual Câmara limitou-se a sancionar e a

incorporar o valor da dívida, que iria ser reflectido nas Contas de 2005. Quando viessem no ano seguinte levantar essa questão, teriam a resposta de alguém que refrescaria a memória e lembrar que era a questão que queriam que fosse incorporada em 2004. -----

----- Qualquer técnico de contas, qualquer ROC, não podia aceitar contabilizações sem ser em documentos com fundamentação, ou então qualquer um servia, era a chamada contabilidade em cima do joelho. Os técnicos da Câmara só podiam contabilizar esses compromissos quando recebessem as decisões aprovadas na Câmara e na Assembleia Municipal, só aí podiam assumir o endividamento em termos de contabilidade patrimonial perante todos, ou seja, nessas circunstâncias teria que ficar registado na Câmara. -----

----- Quanto ao problema do Plano de Actividades, o Senhor Vereador Pedro Pinto fora tão exaustivo que dispensava-se de desenvolver qualquer consideração sobre essa matéria. Parecia-lhe que todos estariam mais que elucidados relativamente às obras que foram feitas, às que estavam em curso, aquilo que foi conseguido, à grande obra que foi realizada pelo Executivo. De todo o modo, tendo em conta as contingências e as circunstâncias em que a Câmara teve que se mover na sua gestão, remetia para a página 39 do Relatório de Gestão, para que comparassem os gráficos aí existentes e aquilo que estava espelhado em termos de possibilidades de recurso a financiamento. Podia-se verificar que a actual Câmara fez um autêntico milagre, ao conseguir os resultados que conseguiu. -----

----- Um Sr. Deputado Municipal tinha referido as despesas correntes e as receitas correntes. Aquilo que estava instituído em termos legais era que as receitas correntes tinham que cobrir as despesas correntes e isso estava espelhado, o rácio era de 114%. As receitas correntes eram superiores às despesas correntes e, portanto, tecnicamente não havia nada que se pudesse invocar, de que isso não correspondia ao que estava instituído na Lei. Quase se dispensava de referir os valores, mas eles estavam na execução, em que as receitas correntes foram de 414.702.000 euros e as despesas correntes foram de 363.629.000. Se quisessem fazer a diferença entre as duas encontrava-se o valor e se quisessem expressar em rácio também o teriam aí expresso, eram os tais 114%. -----

----- Quanto a despesas e receitas de capital, remetia para a página 246, onde poderiam verificar a evolução das receitas desde 2001 até 2004, quer receitas de capital, quer receitas correntes. Verificava-se que no ano em curso, o valor das receitas de capital era muito baixo, 96 milhões de euros, mas isso estava explicado pelas razões que apresentara, de que não se conseguiu vender o imobilizado previsto para fazer face a alguns compromissos e até para reduzir o endividamento, como estava espelhado no balanço. -----

----- As receitas extraordinárias também reduziram, por várias razões, uma das quais encaixava nas próprias mais-valias da venda de património. Porventura, se tivessem vendido património teria um reflexo positivo, que não tinha, estando intimamente relacionadas. -----

----- De todo o modo, o equilíbrio orçamental estava garantido, a execução financeira foi de 65%. Diziam que a execução financeira era baixa e realmente era baixa, aí a contabilidade patrimonial apresentava valores bastante expressivos. -----

----- Não valia a pena iludir, tinha que se falar verdade em função dos números. Até 2002, a contabilidade da Câmara assentava no princípio da contabilidade de caixa, ou seja, a Câmara contabilizava a receita e contabilizava a despesa, era assim que funcionava. A partir de 2002 a Câmara entendeu, e bem, introduzir o novo conceito da contabilidade patrimonial, ou seja, as facturas dos fornecedores eram desde logo consideradas para efeitos de contabilizar os compromissos perante terceiros. -----

----- Poderia doer muito, mas a verdade era que anteriormente havia facturas de obras realizadas que iam logo directamente para os serviços e havia serviços na Câmara que as mantinham na gaveta durante meses, em certos casos até anos, e que não eram contabilizadas na Câmara como compromissos. Se alguém contestasse isso, técnicos ou políticos, podia-lhe mostrar como era. Antes de 2002 havia serviços da Câmara, direcções municipais, que adjudicavam obras, recebiam facturas pelos trabalhos realizados, iam para os técnicos conferirem e não davam “cavaco” à Direcção de Finanças para proceder aos pagamentos e fazer os processamentos devidos. Se alguém tivesse dúvidas, que levantasse o problema. -----

----- Podia dizer que do seu ponto de vista, em termos técnicos, não haveria contestação possível.. -----

----- Quanto ao problema político, isso era outra questão. O Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho, quando vinha falar das dívidas da Expo, realmente vinha falar em termos de exploração política, porque sinceramente não acreditava que ele, em consciência, estivesse a considerar que em termos técnicos fosse possível encaixar a dívida da Expo nas Contas de 2004. Só por uma questão de exploração política e um bocado de *show-off*, como era seu hábito fazer e que gostava de fazer exuberância, nessa perspectiva entendia a mensagem. -----

----- Ficava-se por aí. Em termos técnicos não lhe parecia que houvesse questões que pudessem ser debatidas, em termos políticos havia sempre ângulos diversos de observação e de leituras, consoante os gostos e aquilo que mais aprouvesse. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O terceiro ano de gestão da coligação PSD/PP na Câmara de Lisboa (CML) foi o pior de sempre. -----

----- O Relatório 2004 revela claramente o fracasso em cumprir a maioria das promessas eleitorais, já que nem os projectos emblemáticos, nem qualquer obra estruturante de vulto foram concluídos. Deixa, ainda, a autarquia numa grave situação financeira que compromete a capacidade de investimento de 2005: as dívidas de curto prazo a fornecedores ultrapassam a verba excessiva de 196,7 milhões de euros. -----

----- De ano para ano a situação deteriorou-se e os resultados são verdadeiramente desastrosos. -----

----- A previsão de Santana Lopes, e recordam-se quando ele dizia que 2002 era o ano para arrumar a casa, 2003 era o ano para fazer projectos e que em 2004, então sim,

subiria ao “pódio” e atingiria os 80% nas taxas de execução, que já foram atingidas pela Coligação de Esquerda, nomeadamente em 1986. -----

----- No entanto, essa previsão saiu completamente frustrada. Entre 2002 e 2004 foram sempre a descer. E de que forma! -----

----- Se no primeiro ano de mandato já era baixa, 62%, no segundo caiu para 55% e em 2004 ficou apenas em 46%. -----

----- E foram ainda piores em áreas vitais para o desenvolvimento de Lisboa, nomeadamente: -----

----- Na reabilitação urbana, que era a prioridade deste executivo, a taxa do PA não excedeu os 20%: da dotação de 45,5 milhões só gastou 9,1 milhões e a do Plano Plurianual atingiu a exígua taxa de 10%; -----

----- Na área das infra-estruturas viárias ficou reduzida a 15%: dos 33,3 milhões de euros de dotação foram concretizados 5,1, porque ficaram por fazer obras importantíssimas, nas quais a Câmara acabou por não gastar um cêntimo, nomeadamente, o túnel do Rego e o desnivelamento da Av. Gomes da Costa/Av. Infante Dom Henrique, cujas dotações previstas eram, respectivamente, de 1,2 milhões de euros e de 2,4 milhões. É demais. -----

----- O Senhor Vereador falou e pareceu que essas obras estavam realmente a andar bem, mas em 2004 não gastou um cêntimo e é o Senhor que o diz no Relatório de Gestão. Para 2005 tem 5.6 milhões de euros para dotação do desnivelamento da Av. Gomes da Costa e 5.3 milhões de euros para o Túnel do Rêgo. Em 2005 ele vai ser concluído? Nem isso a Câmara prevê, porque já tem dotações no Plano Plurianual para 2006. Nas palavras do Senhor Vereador Pedro Pinto, parecia que já estava feito. -

----- Não refiro outras taxas de execução baixíssimas em outros objectivos porque o meu camarada Martinho Baptista já referiu. -----

----- As únicas taxas de execução elevadas foram exactamente nas transferências correntes não afectas ao Plano, particularmente, os subsídios a instituições sem fins lucrativos, que cresceram em 2004 cerca de 40%. E percebe-se porquê: -----

----- Basta passar o cheque, o que em muitos casos colhe dividendos políticos e tem a vantagem de melhorar a taxa de execução global. Mas será este procedimento correcto em face das dificuldades de tesouraria? Assim, se compararmos o Plano de Actividades de 2001, o último ano de gestão da coligação de esquerda com o terceiro de gestão da coligação de direita verifica-se que não só a dotação do Plano em 2004 baixou de 191 milhões de euros como o montante do Plano de Actividades efectivamente concretizado foi inferior a 175 milhões de euros. E se comparamos as despesas com o Plano em 2003 e 2004 verifica-se que houve uma quebra elevadíssima de cerca de 30%. -----

----- Em suma: -----

----- A soma da dotação prevista dos Planos de Actividade dos últimos três anos ascendeu a 1.458 milhões de euros. No entanto, ficaram por gastar 675 milhões de euros, isto é, quase metade, devido às baixas taxas de execução. O Vereador Pedro Pinto confessa: “ficámos aquém da nossa expectativa”. Mas em desespero de causa e perante o mau resultado da gestão com o objectivo de justificar as baixas taxas de

execução tira da cartola um trunfo através de um golpe de prestidigitação que mais parece o milagre dos pães. -----

----- Diz: a taxa de execução do Plano de Actividades não é de 46% mas de 70,3%. Há pouco referiu 80%, como já tinha referido no Executivo da Câmara. -----

----- Espantoso! Porquê? Mas ele explica: -----

----- Basta adicionar às despesas do Plano as dívidas de curto prazo, isto é, as facturas por pagar. -----

----- Verdadeiramente ridículo este artifício e, permita-me que lhe diga, pouco sério. --

----- Se a situação não fosse grave para a Câmara nem merecia qualquer comentário. --

----- O Senhor Vereador perde credibilidade quando faz afirmações destas. Fica-lhe mal querer tapar o sol com a peneira. Perante os baixos resultados apresentados, subverte os critérios que sempre foram estabelecidos para fixar as taxas de execução, de forma a empolá-los. É uma tentativa de manipulação dos números, direi mesmo de batota política contabilística, em que ninguém acredita. -----

----- E no entanto, apesar da crise económica a Câmara não pode queixar-se de quebra das receitas correntes que atingiram neste três anos 1.261,6 milhões de euros (em 2002: 405,3; 2003:422,3; 2004: 414,0 milhões de euros), devido ao facto de os impostos directos se terem mantido em bom nível. -----

----- Como explicar este descalabro? -----

----- O problema foi a quebra das receitas de capital, devido à ineficácia da CML na venda de bens de investimento. Uma calamidade! -----

----- Sobre isto, o Vereador Pedro Pinto diz que “problemas conjunturais de tesouraria se reflectiram num acréscimo de dívidas de curto prazo”, e continuando a citá-lo acrescenta “se radicaram na impossibilidade de concretização na alienação de património cujos montantes sustentavam 38% do orçamento”. É verdade. -----

----- Mas, esta é uma visão simplista que visa tão somente justificar o insucesso. A culpa é da Câmara e desde o princípio do mandato. -----

----- Em 2002 previa vender 125,4 milhões de euros e realizou apenas 30,7 milhões de euros; em 2003, previa vender 322 milhões de euros e ficou-se em 87 milhões; em 2004, previa vender 293,2 milhões de euros e só concretizou 64 milhões. -----

----- Em suma: da verba de 840,6 milhões de euros que nestes três anos queria arrecadar da venda de património (mais do total do orçamento de um só ano), no qual se incluíam 14.000 fogos, apenas conseguiu obter 181,7 milhões de euros, isto é 21,6%. -----

----- Recordo uma reunião que tive há cerca de três anos com a Senhora Vereadora Teresa Maury, no Campo Grande, em que ela afirmava que iria vender nesse ano os tais 14 mil fogos. Quantos vendeu até agora? -----

----- E porquê? -----

----- Por irrealismo, falta de planeamento e sobretudo má gestão. -----

----- Por isso a dotação prevista dos Planos de Actividades destes três anos, que era de 1450 milhões de euros, sofreu uma acentuada quebra de investimento, de cerca de 783 milhões de euros (47%), impedindo esta coligação de direita de concretizar a maioria dos projectos neles orçamentados. -----

----- Um verdadeiro desastre. Para além da gestão corrente, a Câmara pouco pôde fazer, já que lhe estava vedado contrair avultados empréstimos, o que é realmente verdade. 2004 foi mais um ano perdido, um ano de estagnação. Lisboa continua parada. -----

----- Este executivo defraudou os lisboetas que não voltarão a deixar-se enganar e irão certamente dar razão ao PCP nas próximas eleições, que foi o Partido que mais se opôs à Câmara ao longo do seu mandato. -----

----- É preciso, pois, derrotar este executivo PSD/PP para que Lisboa possa recuperar dos atrasos verificados neste mandato. Por isso, na defesa do interesse da cidade, o PCP irá votar contra este Relatório de Gestão 2004.” -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que lamentava a ausência do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente. -----

----- Não valia a pena insistir, uma vez que já fora abundantemente frisado que os documentos apresentados pela Câmara Municipal revelavam uma fraca prestação na prossecução dos objectivos que foram anunciando ao longo de três anos, que prometeram aos munícipes e que projectaram para este ano. Mesmo relativamente àqueles objectivos que consideravam mais emblemáticos, como o parque edificado, verificavam-se taxas de execução confrangedoras, a rondar os 50%, o que levava a que num plano mais vasto e global se questionasse se teria havido durante os três anos alguma orientação estratégica para a cidade. Olhando com objectividade para os documentos apresentados, era difícil defender que sim. -----

----- Seguindo adiante na análise dos documentos, verificava-se que o Plano Anual, que devia ser um instrumento de gestão privilegiado para definir a orientação dos serviços da Câmara, era algo que a aparecia desde logo condicionado a alienações de património e, portanto, receitas extraordinárias, que depois não se concretizavam, ficava condicionado à obtenção de fundos comunitários, que depois também não se conseguiam angariar. Tudo isso resultava numa incapacidade, infelizmente para os munícipes, de angariar receitas para executar projectos e obras que estavam planeadas. -----

----- Já se referira, e era uma evidência, uma retracção significativa, 30%, em relação ao ano de 2003 no respeitante à taxa de execução do Plano Anual de Actividades. Nas despesas de capital o desinvestimento era ainda maior no valor de 37%, e essa sintonia de resultados levava também a questionar algo que já fora referido pelo Sr. Deputado Municipal Feliciano David. Se no primeiro ano de apresentação de resultados fora invocado como causa para a fraca prestação então apresentada a reestruturação dos serviços da Câmara, dois anos após essa justificação qual seria a causa a apresentar? Era uma questão que lançava ao Senhor Vereador Pedro Pinto, se tivesse a amabilidade de posteriormente responder. -----

----- Perguntou se isso estaria associado à consecutiva mudança nos pelouros das Finanças e à incapacidade política de coordenar essas mudanças de forma a que não se reflectisse negativamente na gestão municipal. Era algo que teria que equacionar, embora lamentasse. Primeiro tinha sido a Dra. Teresa Maury, depois o Dr. Fontão de Carvalho, agora o Senhor Vereador Pedro Pinto. -----

----- Os principais objectivos da Câmara Municipal para a Cidade de Lisboa eram a reabilitação urbana, infra-estruturas, viárias, segurança, educação, juventude, desporto, urbanismo, qualidade de vida. Tudo isso junto iria, conforme o prometido, fazer de Lisboa uma cidade mais feliz. -----

----- No tocante à reabilitação urbana e a um novo modelo de cidade, verificava-se que apenas estavam inscritas despesas relacionadas com projectos de reabilitação dos centros históricos. No entanto, para as necessidades globais da cidade, tal não era suficiente. Essa era uma questão que ia sendo adiada, porque se no princípio se discutiu a constituição de um fundo imobiliário, ou de novas formas de financiamento que permitissem ultrapassar constrangimentos orçamentais, verificou-se que ao longo dos anos isso nunca foi assumido como uma medida concreta, nunca foi concretizado. Apareceu agora, no final de mandato, uma coisa para os jovens, sempre os jovens envolvidos nessas questões, mas nada que se pudesse palpar em termos de objectivos concretos. -----

----- Apenas registava que, mesmo em termos de reabilitação nos centros históricos, havia desvios de 100%. Havia 0% de execução em Alfama, Colina do Castelo, Baixa/Chiado, Madragoa, São Bento. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que estava tudo por executar, ou por continuar. Pelo menos era isso que demonstravam os documentos que a Câmara subscreveu. -----

----- Havia ainda outros falhanços e aí recordava o início do mandato da actual Câmara, que imputava à coligação anterior o facto da Câmara não saber o património que tinha, não saber quantos imóveis tinha, não era boa gestora do património. Agora, nos documentos apresentados, verificava-se que foi adjudicado a uma entidade externa o processo de levantamento do património. -----

----- Perguntou o que é que tinha sido feito durante três anos, qual teria sido a actividade dos serviços municipais e, se não fora eficiente, o porquê disso acontecer e que medidas alternativas foram equacionadas. Tinha agora que se recorrer, e para mostrar alguma coisa, a uma entidade externa. Se calhar, mais valia ter equacionado isso no início, ou então reconhecer que fora feita uma má avaliação da situação existente. -----

----- Também já fora referida a diferença enorme de amplitude entre os resultados obtidos pelo sistema GESTURBE e aquilo que foi prometido logo nos primeiros meses de 2002, em que se dizia que os licenciamentos eram em 30 dias, problemas dos processos pendentes seriam rapidamente resolvidos, um sistema descentralizado para cada junta de freguesia. Segundo o documento, havia apenas oito freguesias abrangidas por uma primeira fase de implantação e a relação entre a taxa de processos entrados e licenciados ao nível do Urbanismo quedava-se pelos 46%. Mais um objectivo que ficava aquém. -----

----- Outro objectivo, e falava dele com alguma proximidade, face a trabalhos em anteriores comissões, era o Parque Mayer. Um grande aparato, grandes mensagens na comunicação social a propósito da resolução do problema do Parque Mayer, décadas depois o Parque Mayer estaria resolvido. Ora bem, assim não parecia, porque eventualmente a celebração da escritura pública de permuta dos terrenos do Parque

Mayer e da Feira Popular estaria associada à finalização do plano de pormenor e do alinhamento de cêrceas na Av. da República e na Av. da Liberdade. -----

----- O proprietário não celebrava a escritura porque esse plano não estava concluído, esse plano não estava concluído por ineficácia, por incapacidade de o concluir em tempo oportuno da CML. Isso tudo resumia-se em que estaria longe um comprometimento sério do Município relativamente à requalificação do Parque Mayer. Essa era a verdade que se extraía dos documentos de prestação de contas apresentados. -----

----- Outros objectivos emblemáticos ao nível das infra-estruturas, como o Túnel do Rêgo, o desnivelamento da Av. Gomes da Costa, da Av. Infante Dom Henrique, como o próprio túnel das Amoreiras, ou do Marquês, esse com uma argumentação em prol do distanciamento na taxa de execução que podia ser imputada ao processo judicial conhecido, mas os outros não. Os outros não eram executados, presumia, por incapacidade financeira da Câmara para fazer face a pagamentos que permitissem a sua execução mais rápida. Também aqui a Câmara ficava aquém daquilo que prometera. -----

----- Uma iniciativa infra-estrutural bem sucedido tinha sido a conclusão das acessibilidades do estádio do Sport Lisboa e Benfica. Felizmente, essa estava concluída e podia ser um prenúncio. -----

----- Em termos de segurança, verificava-se que também correspondia a zero o nível de preocupação da Câmara Municipal de Lisboa, relativamente às infra-estruturas nessa matéria, visto existir uma omissão total no avanço das obras em centros de emergência e nas esquadras da Polícia Municipal, na Rua das Açucenas, na Ameixoeira, na Quinta da Bela-Flor, na Av. Dr. Alfredo Bensaúde. Aliás, ao arrepio de compromissos assumidos com a bancada parlamentar do PS na viabilização de um dos orçamentos. Tinha sido assumida a disponibilização de verbas para esses projectos, tendo como pressuposto a realização de obra para dotar os munícipes com essas infra-estruturas. Infelizmente, tal não aconteceu. -----

----- Também tal não acontecera, como houvera possibilidade de constatar no último debate sobre educação, com dezenas de intervenções nessa área que estavam inscritas, projectadas, mas não foram executadas. Referia-se apenas, por exemplo, à escola jardim da Bela-Flor, ao jardim de infância anexo à Escola 181, ao jardim de infância da Ameixoeira, ao jardim de infância da Horta Nova, à escola da Rua Possidónio da Silva. -----

----- Também a juventude era uma temática pobre da execução. Deram continuidade à execução de programas que na sua maioria já vinham do mandato anterior, mas medidas infra-estruturais, com resultados concretos no terreno, ficavam por detectar, quer ao nível da reabilitação urbana, quer ao nível do Espaço Jovem. Permanecia a concessão de alguns subsídios a associações de juventude e isso era benéfico, mas sabia a pouco, face às expectativas que foram criadas. -----

----- Quanto à evolução patrimonial do Município, tinha que se reconhecer que não inspirava grande confiança. O nível de execução da receita não foi positivo, aumentou a dívida de terceiros, revelava-se alguma incapacidade na cobrança TRIU, da taxa de

conservação de esgotos e rendas, o que ressaltava a preocupação em relação a esses dados, tanto mais que, como já fora referido, aumentou substancialmente, numa medida que considerava excessiva, o endividamento a curto prazo junto de fornecedores. -----

----- O Senhor Vereador dizia que diminuiu bastante o endividamento da Câmara junto de instituições de crédito, só que aumentou substancialmente o endividamento da Câmara junto dos fornecedores. Deixava de se dever aos bancos e passava-se a dever aos particulares, o que não parecia uma relação justa, mas era a realidade existente. -----

----- Quanto à Expo 98, não estava em causa a discussão política sobre a imputação dessa dívida. A realidade era que a assunção da dívida foi concluída por deliberações da Câmara Municipal de Lisboa em 2004. O protocolo de pagamento foi formalizado com deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, foi formalizado com uma deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa. Em termos de estrutura do passivo, a Câmara devia mais 155 milhões de euros e se calhar não era politicamente defensável imputá-la à actual gestão municipal, mas existia e tinha que estar inscrita nos documentos de prestação de contas, o que iria revelar uma situação de balanço mais agravada do que a que era apresentada. Não valia a pena omitir dados que se reflectiriam certamente no futuro e a realidade era que actualmente já se devia mais 155 milhões de euros. -----

----- Relativamente à prestação da Câmara em 2004, os proveitos operacionais igualavam os custos operacionais, contribuindo fortemente para o resultado líquido apresentado a alienação e a venda de património. Se conjuntamente conseguiam apresentar um resultado líquido positivo e se as receitas que possibilitavam esse resultado se deviam à alienação de património, a proveitos extraordinários, a pergunta que fazia, tendo em atenção que os recursos se esgotavam, era durante quanto mais tempo, se não fossem adoptadas medidas estruturais para a reestruturação do passivo da Câmara, durante quanto mais tempo se iria aguentar essa situação, se haveria património para ir cobrindo resultados operacionais que tenderiam a ser negativos. ----

----- Concluía registando que o modelo de gestão municipal inspirado em promessas e orientações estratégicas não cumpridas estava esgotado. Chegava-se ao último ano do mandato sem obra para apresentar, com uma taxa de execução que não correspondia às expectativas criadas e se no início tudo era imputável ao Dr. Santana Lopes, o ano de 2004, em apreciação, era maioritariamente imputável ao Engº Carmona Rodrigues. Portanto, se constava que era o Engº Carmona Rodrigues o candidato do PSD, eventualmente em coligação de direita à Câmara Municipal de Lisboa, tinha que se começar a questionar e a transmitir aos lisboetas que, se em 2004 apresentou esses resultados, que capacidade teria para inovar e para mudar no futuro. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal João Pinheiro fazia sempre umas intervenções bem fundamentadas e bem documentadas, mas não podia estar de acordo em relação a uma questão, que era o problema da inventariação do património da Câmara. Sabia perfeitamente que o inventário da Câmara era

inteiramente da responsabilidade dos mandatos anteriores e se alguma coisa foi feita para inventariar o património da Câmara, foi no actual mandato. -----

----- O Sr. Deputado João Pinheiro fazia parte da Comissão de Finanças e sabia que o património da Câmara era muito mais do que o evidenciado no balanço. As reservas ocultas da Câmara eram significativas, só que gostaria, justamente por esse facto, de perguntar ao Sr. Deputado Municipal João Pinheiro se era verdade ou não isso, porque levantava essa questão como tendo sido de abandono ou de falta de tratamento por parte da gestão da actual Câmara, o que não correspondia à verdade. -----

----- O Sr. Deputado Municipal João Pinheiro sabia perfeitamente que desde 80 até agora a situação estava de pé, que a tentaram resolver e não conseguiram. Já agora, gostaria que aprofundasse e dissesse a verdade dos factos à Assembleia. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** disse que lhe parecia ter referido isso na intervenção inicial, mas reformulava e reiterava. A questão do património não podia ser imputada, como era óbvio, na totalidade à actual Câmara Municipal, aliás, tinha referido que há décadas que a situação era evocada. O que podia ser questionado à actual Câmara era que sendo a inventariação do património um tema de bandeira do primeiro ano de mandato, anunciada como uma das medidas estruturantes que iam ser implementadas, porque é que o exercício de 2004, reflectido nos documentos de prestação de contas apresentados, se dizia que a questão era retomada através da adjudicação dos serviços de identificação e inventariação do património a uma entidade externa. -----

----- Parecia-lhe legítima a conclusão de que entre o primeiro e o último ano de mandato alguma coisa falhou. Perguntou porque é que se estava agora numa fase de retoma e de adjudicação de serviços a terceiros e porque é que não correu bem durante os três anos. Também reconhecia toda a legitimidade para questionar para trás, mas o que foi para trás foi sufragado e avaliado nas eleições autárquicas de 2001. -----

----- Este era um ano de eleições autárquicas e, portanto, questionava o que não tinha corrido bem, porque nessa matéria parecia estar-se no mesmo ponto. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Vale de Almeida (BE)**, no uso da palavra, dirigindo-se ao Senhor Vereador Pedro Pinto, disse que perante a sua extensa lista de obra feita pela Câmara estava à espera de outro Relatório de Gestão, porque com o que foi apresentado o Executivo chumbava e nem sequer ia à oral. -----

----- A execução do Plano Plurianual de Investimentos era de 33%, o que, numa escala de zero a vinte, não chegava a sete. Lamentava, mas não ia à oral. Falava do investimento porque isso era estratégico para o futuro da cidade. -----

----- No anterior ponto da Ordem de Trabalhos esteve-se durante horas numa sessão de propaganda sobre a reabilitação urbana e a sua taxa de execução era de 10%. -----

----- No parque edificado e património, 50%, passava à tangente. -----

----- Urbanismo e qualidade urbana, 44%, chumbava. -----

----- Serviços urbanos, 44%, chumbava. -----

----- Infra-estruturas viárias, 13%, chumbava. -----

----- Prevenção e mobilidade rodoviária, 22%, chumbava. -----

----- Segurança dos cidadãos, 35%, chumbava. -----

----- Desenvolvimento económico, 29%, chumbava. -----

----- Cultura, 33%, chumbava. -----

----- Educação e juventude, 15%, chumbava. -----

----- Desporto, 13%, chumbava. -----

----- Intervenção social, 16%, chumbava. -----

----- Participações sociais em investimentos financeiros, 28%, chumbava. -----

----- Organização municipal, 32%, chumbava. -----

----- A média final era de 33% e dessa forma nem sequer ia à oral. -----

----- No dia 6 de Janeiro de 2004, na acta nº45, o Senhor Presidente da Câmara dizia o seguinte: “quem fazia o Orçamento chegava à seguinte conclusão: há 5, 6 ou 7 anos que se inscrevem as mesmas verbas e depois nunca são realizadas”. Num ano referiu-se assim: “deixa lá os 100 mil contos, vamos ser realistas e vamos pôr este ano 20 mil, que já é muito bom se o realizarmos”. -----

----- Nem eram 20 mil, eram 6 mil que devia ter posto. -----

----- Pediu ao Senhor Vereador que não trouxesse ao debate o argumento da conferência de facturas, dizendo que a obra estava feita mas ainda não estava contabilizada, porque isso era normal. No início de 2004 pagou as facturas de 2003 e em 2005 pagava as facturas de 2004, ou seja, as actuais taxas de execução tinham contabilizadas facturas de 2003. A pergunta que fazia era se as facturas estavam em conferência porque, se já fossem contabilizadas, ficava a nu a dívida de curto prazo. --

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (IND)**, no uso da palavra, disse que esta discussão do Relatório e Contas era já a sétima que fazia na Assembleia, contando os 4 anos do mandato anterior e os 3 do actual mandato. Tinha ficado atentamente a ouvir as intervenções, nomeadamente das bancadas mais à esquerda, para ver que tipo de argumentação traziam e as intervenções foram feitas, na sua grande generalidade, agarradas a números das taxas de execução, quando durante 4 anos do mandato anterior andavam a dizer que as taxas de execução eram indicadores enganadores, que não traduziam a realidade da obra, que a taxa de execução física era muito superior, por aí fora. -----

----- Para aqueles que estavam recordados, no debate do ano anterior tinha tido o cuidado de fazer uma intervenção que poderia, se calhar, qualificar como “canal história”, porque fora pegar nas declarações que faziam quando eram poder, intervenções dos Srs. Deputados Municipais Feliciano David e Dias Baptista, do Senhor Vereador Fontão de Carvalho, que era Vereador das Finanças do Dr. João Soares, do Senhor Vereador António Abreu, etc., por aí fora, e todos diziam o mesmo, que a taxa de execução não era argumento para avaliar a obra do Executivo. Tal não era o seu espanto quando essas mesmas forças políticas, depois de andarem 4 anos a dizer isso, iam agarrar-se às taxas de execução para dizer que a actual Câmara não fazia nada. Isso não fazia sentido nenhum e não era coerente. -----

----- Por outro lado, havia uma contradição na argumentação, porque se diziam que a Câmara tinha muitas dívidas, então era porque algo foi feito e havia que pagar essas dívidas aos fornecedores, mas por outro lado diziam que a Câmara durante 3 anos não fez nada. Não jogava uma coisa com a outra, ou se tinha dívidas porque se fez obra,

ou sem obra não havia dívidas, era tão simples quanto isso. Portanto, a argumentação era completamente contraditória nessa matéria. -----

----- Terminava com uma nota sobre a recomendação que hoje apresentara, que visava que se avançasse mais um passo no aprofundamento das discussões do Relatório de Actividades e Contas. Essa recomendação, como todos os Srs. Deputados Municipais teriam já tido oportunidade de ler, visava uma coisa tão simples e que era nos relatórios da Câmara, a partir de agora, além da taxa de execução financeira, constar também uma espécie de taxa de execução dos compromissos, porque isso era revelador daquilo que a Câmara estava comprometida perante fornecedores. Podia ser um bom indicador do avanço e do estado das obras e dos vários projectos que a Câmara tivesse em mão. Não era substituir um pelo outro, não era isso que se propunha, mas o que propunha e recomendava à Câmara era que acrescentasse mais um indicador, porque com esses dois indicadores a Assembleia estaria em muito melhores condições para poder avaliar o Relatório de Gestão e de Contas da CML. ----

----- Fazer avaliações com base na taxa de execução financeira era o que se andava a fazer há sete anos, pelo menos na Assembleia Municipal, e já no passado diziam que não devia ser feito assim, agora dizia-se que não devia ser feito assim e, portanto, se calhar era a altura de mudar o género da discussão. De outra forma não se ia a lado nenhum e estava-se 3 ou 4 horas a discutir números que depois, indo ao terreno, não tinham nada a ver com a realidade. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, disse que intervinha exactamente na sequência da última intervenção, para dizer que não era só com números que se criticava o actual Executivo. -----

----- Hoje vinha em representação do direito de indignação da população da Ameixoeira e de outras populações da Cidade de Lisboa que há um ano e três meses foram enganadas. Mentiram-lhes descaradamente quando foi aprovado o Orçamento para 2004 e hoje a vergonha, ou falta de responsabilidade, era tanta que estava apenas um Vereador, estoicamente, a aguentar com as críticas, porque os outros fugiram todos, foram-se embora e não queriam saber da cidade. -----

----- Das esquadras que foram prometidas um ano antes, designadamente a da Ameixoeira, havia zero, nem uma pedra estava no local. No Orçamento era verba, nas Contas era zero de execução e no local era zero de realização. -----

----- Em relação ao jardim de infância da Ameixoeira, que estava na página 170, dizia-se que estavam dois jardins de infância, um na Ameixoeira. Isso era mentira, porque estava concluído o edifício, mas um jardim de infância era composto por edifício e parque exterior para os miúdos brincarem. O edifício estava realmente concluído, mas não era verdade que o jardim de infância estivesse concluído, uma vez que toda a envolvente estava um caos, a empreitada parada há cerca de um ano e, portanto, não era verdade que o jardim de infância da Ameixoeira estivesse concluído. Funcionava mal e porcamemente, com muito esforço dos educadores e das crianças que, infelizmente, tinham que aturar aquelas condições. -----

----- A bandeira da Câmara para a Freguesia da Ameixoeira parecia ser a piscina da Ameixoeira. -----

----- Gostava de dizer que as populações tinham transmitido através da Junta de Freguesia, da associação de moradores, em intervenções dos vários munícipes na Câmara e na Assembleia Municipal, fora entregue um abaixo-assinado em Novembro na reunião de Câmara com mais de 1200 assinaturas sobre a questão da falta de segurança e a exigir a esquadra que tinha sido prometida em Janeiro de 2004. Primeiro tinha sido prometida pelo Dr. Santana Lopes, em Novembro o Prof. Carmona Rodrigues recebeu o abaixo-assinado e logo na semana seguinte mandou transferir a verba para a GEBALIS, mas a verdade era que se estava em Abril e a GEBALIS dizia que ainda não tinha recebido a verba. Não se sabia se foi a pé ou se foi por via postal fazer a volta ao mundo, mas a verdade era que a esquadra da Ameixoeira, como outras esquadras que foram prometidas, foi a maior falácia e uma vergonha. -----

----- Tinha denunciado isso em Janeiro de 2004, não acreditando desde o princípio que fosse verdade. Hoje comprovava-se que era a maior mentira para aprovar um orçamento. Infelizmente, só passado um ano se conseguiu perceber que não era com mentiras que se aprovavam orçamentos e felizmente que o último foi reprovado. -----

----- A insegurança na Ameixoeira, entre muitos outros problemas, era talvez o principal que tinha sido trazido durante o último mandato. Não era a piscina da Ameixoeira que ia resolver o problema das populações, a insegurança não se afogava em água doce e não se conseguia fugir da insegurança a nado. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, no uso da palavra, disse que não concordava com a recomendação apresentada, uma vez que ia alterar um pouco as regras do jogo, como já fora dito, mas sobretudo não concordava porque uma dívida, para ser assumida, tinha que ter cabimento e quase tinha a certeza de que as dívidas que não foram assumidas em 2004, até 31 de Dezembro, não o foram porque não tinham cabimento. -

----- Por outro lado, existia já um mapa dos encargos assumidos e não pagos. -----

----- Disse ainda que havia dívidas e dívidas e algumas para si eram óptimas, sobretudo as dívidas de investimento e as que tivessem que ver com a melhoria da qualidade de vida da população. Ter dívidas relativamente a habitação social, relativamente à movimentação das pessoas, a transportes, etc., eram dívidas boas, mas ainda assim teriam que ser pagas. -----

----- Esse indicador não iria alterar muito, porque podia ter muitas dívidas de publicidade, ou de funcionamento, de lápis, canetas, etc., e isso não significava que tivesse feito uma grande execução do Plano. -----

----- Podia dar “pano para mangas” para discutir, mas pessoalmente não concordava, nem via que a recomendação tivesse grande interesse. -----

----- Relativamente ao ponto em discussão mais propriamente dito, da exposição do Senhor Vice-Presidente e dos documentos apresentados, Benfica era referido quatro vezes: -----

----- Uma relativamente ao Parque de Monsanto, mas isso era uma infra-estrutura da cidade. Era verdade que Benfica abrangia uma grande parte do Parque de Monsanto e já tivera oportunidade de dizer que era uma obra óptima para a cidade. -----

----- A Rotunda da Buraca, que para si estava inserida na recuperação de Monsanto, pois era uma das entradas principais e ter uma rotunda daquelas sem estar recuperada seria um erro tremendo, ou ficava mal na recuperação de Monsanto. -----

----- Indirectamente, fora referido através da Acção Praia/Campo. Sobre isso gostaria de dizer que ainda hoje a Junta de Benfica tinha verbas a receber de 2004. “Pôr ovos noutros ninhos” não era a melhor forma de se falar. -----

----- Falou-se também em Benfica sobre uma acção feita num célebre eucaliptal, uma recuperação feita pela anterior Câmara. Não sabia que acção era essa, mas foi a única referência. -----

----- Portanto, em 2004 em Benfica, a segunda freguesia da cidade, com quase 10% do eleitorado da cidade, nada mais uma vez foi feito, ou o que foi feito foi através da descentralização de competências e com dificuldades, dada a grave situação de tesouraria que a Junta teve que atravessar, porque a Câmara se atrasava nas suas obrigações. Isso era lamentável e, para terminar, fazia um apelo ao Executivo para que em Benfica fossem eleitoralistas a 100%. Estava-se a 5 ou 6 meses das eleições, pois que fossem eleitoralistas e fizessem o mais possível em Benfica, terminassem o mais possível o que estava em curso. As pessoas de Benfica agradeciam, mas, perdoassem que dissesse, também não eram parvas. -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS/PP)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção vinha, de alguma forma, na sequência de outras intervenções que vinham sendo feitas pelas bancadas da direita, no sentido de apoiar a sugestão feita pelo Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, por questões essencialmente técnicas. De facto, havia uma coisa a que teriam que se habituar na análise das contas das autarquias locais, porque a renitência em apreciar a contabilidade patrimonial teria que acabar. -----

----- O sinal que a instituição do POCAL vinha dando nos últimos anos era para que os gestores das autarquias se comesçassem a habituar com esse caminho. Não era por acaso que as empresas, como o mundo económico, era assim que funcionavam. Não era por acaso que nenhuma empresa funcionava exclusivamente tendo como instrumento prioritário um mero orçamento, aliás, um mero documento que contabilizava o pago e o recebido. Essa era uma visão arcaica das entidades económicas, que a própria instituição do POCAL veio compensar. Não eliminou a anterior, porque também compreendia que essas mudanças não se faziam de forma radical, e foi fazendo conviver os dois documentos, mas não tinha dúvidas, e essa era uma opinião pessoal, de que a tendência seria para a preponderância da contabilidade normal das instituições económicas. As autarquias eram, nessa vertente, instituições económicas. -----

----- Não se tivesse dúvidas que, independentemente de todas as vantagens políticas que uma apreciação tivesse num dado momento, haveria momentos em que era mais interessante para uma força política enfatizar a execução financeira, mas não valia a

pena. De facto, o que revelava verdadeiramente o comportamento económico era a contabilidade patrimonial e houve alguns exemplos que foram utilizados de um lado e do outro, que revelavam isso claramente. -----

----- Perguntou se alguém duvidava que a obra, atrasada ou adiantada, boa ou má, do desnivelamento da Av. Gomes da Costa estava a ser feita. Certamente ninguém duvidava. -----

----- Perguntou se alguém duvidava que o Túnel do Rêgo, atrasado ou adiantado, estava a ser feito. Ninguém duvidava. -----

----- Não estava a julgar se os projectos estavam atrasados ou adiantados, não era isso, mas chamar a atenção de que a análise da simples execução financeira não era o único instrumento e podia levar a interpretações erróneas. Isso era claro, porque o que se passava era que de facto o túnel estava a ser construído e que não havia dinheiro para o pagar, tão simples como isso. -----

----- Falando nas questões do passivo, que o Deputado Municipal João Pinheiro, muito preocupado, perguntara como é que a Câmara iria sobreviver face ao passivo, à situação financeira da Câmara, realmente era terrível, sobreviver quando se tinha um passivo de cerca de 800 milhões de euros, dos quais 560 milhões eram empréstimos bancários, essencialmente das gestões anteriores, sendo que os outros, a fornecedores, seriam da ordem dos 200 e poucos milhões. -----

----- A pergunta que fazia era se em 2001, nos mandatos anteriores, os 500 e muitos milhões de euros de empréstimos bancários não tivessem entrado, onde é que eles estariam. Na execução financeira da altura não estavam, porque não havia dinheiro para os pagar. -----

----- Isso revelava a incongruência da análise pura e simples da execução financeira, porque os empréstimos bancários, obviamente, não estavam em fornecedores, mas era um passivo, alguém teria que os pagar. Só tinham uma vantagem, porque como era possível pagar facturas com esse empréstimo financeiro, depois ia aparecer na execução financeira. Continuava-se a dever, mas a diferença era que se devesse a um fornecedor não pagava a factura e não aparecia na execução financeira, mas se devesse a um banco, recebia o dinheiro e ia pagar ao fornecedor. -----

----- Isso não tinha nada de político, tinha a ver com a realidade económica das coisas. Houvesse cuidado, que isso podia suceder a todos e, portanto, havia que ser realista e encarar a modernidade das coisas, que era disso que estava a falar. A análise contabilística das instituições autárquias locais estava a mudar e, na sua opinião, no bom sentido. -----

----- De facto, a execução das receitas de capital de vendas de património não tinham sido brilhantes e nem ia comentar porquê, não era especialista na matéria. Perguntava apenas como fora a brilhante realização de receitas de venda de imobilizado da Câmara nos tempos passados. Não estava a insinuar nada, estava apenas a perguntar. Se calhar não era preciso, porque havia os empréstimos. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, disse que havia algumas razões para a sua apreciação negativa do Relatório de Actividades e Demonstrações Financeiras de

2004. Era uma apreciação geral bastante negativa, face às expectativas que foram criadas e aos meios que a Câmara teve para levar a cabo essas expectativas, pelo que só tinha que se concluir que a actual gestão, não sabendo usar os meios de que dispôs, contribuiu para o abandono e degradação do espaço público, assim como para uma pior qualidade de vida na cidade. -----

----- Havia muitos motivos e opções erradas tomadas pela Câmara que, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, o levavam a votar contra. Não ia ser exaustivo nessa apreciação, mas tinha que precisar a sua afirmação, ou seja, dar um ou outro exemplo daquilo que acabava de dizer. -----

----- Em relação à iluminação pública, ao contrário do que era dito, muitas ruas na cidade nem um candeeiro tinham e, se o tinham, estava sem luz havia muitos meses, nomeadamente na Av. da República da Bulgária, uma rua nova com candeeiros desligados havia muitos meses. Na Rua Jorge Amado, uma rua nova, não havia candeeiros. -----

----- Na requalificação urbana, por exemplo, o Bairro dos Lóios era um projecto que nunca mais acabava. Começou em 1999/2000, continha na altura 6 fases para intervir e, passados 5 anos, estava longe de concretizar o objectivo tão ansiado por aquela população. -----

----- Na área dos espaços verdes, relativamente aos parques urbanos da Belavista e do Vale Fundão, o investimento feito ficou bastante aquém daquilo que estava apontado. Não valia contar como mais valia para a cidade os investimentos que a Câmara teve com a organização do Rock in Rio. -----

----- Aí havia um aspecto “positivo”, que era o alargamento do Parque da Belavista para sul. A obra estava a andar, mas com bastantes preocupações dos técnicos face à indisponibilidade de dinheiro para que as obras avançassem a outro ritmo. -----

----- Na higiene urbana, analisando o grau de execução apresentado, começava a compreender melhor porque é que as ruas não eram varridas e lavadas, porque é que os caixotes do lixo não eram desinfectados e lavados, porque é que não havia herbicidas nos postos de limpeza para matar as ervas nos passeios, etc.. -----

----- Em relação às infra-estruturas viárias, também era quase inconcebível o atraso verificado nas resposta às reivindicações das populações, nomeadamente no desnivelamento da Av. Infante Dom Henrique com a Av. Marechal Gomes da Costa. Era uma obra que também tardava e, face ao grau de execução, não se sabia quando iria terminar. -----

----- Na prevenção e mobilidade rodoviária, protecção do peão, havia uma escola de trânsito na Freguesia que foi inaugurada à pressa, integrada na “Semana Europeia Sem Carros”, em Novembro de 2004, e que continuava fechada à espera que fossem criadas infra-estruturas de apoio. O grau de execução era quase zero também nessa matéria. -----

----- Ainda nessa área, não se percebia A falta de resposta da Câmara para a colocação de semaforização em locais perigosos, quer para o peão, quer para o automóvel. Havia pontos negros em termos de acidentes, nomeadamente os cruzamentos na Rua Francisco Salgado Zenha, Av. da República da Bulgária, Av. Teixeira da Mota,

rotunda do términus da Av. dos Estados Unidos da América com a Av. Infante Dom Henrique, etc.. O grau de execução era de 38%, pelo que ficou muita coisa por fazer. -

----- Nas questões culturais, o grau de execução era quase nada. A biblioteca do Poço do Bispo definhava, estava quase fechada, a biblioteca José Gomes Ferreira e Casa da Escrita em três anos não passou do papel. -----

----- No desporto o grau de execução também não era nada abonatório para a Câmara. Falava-se do Complexo Desportivo de Chelas, com 7.200.000 euros previstos para investir e o grau de execução foi zero. No Pavilhão dos Lóios previa-se um investimento de 1.250.000 euros e o grau de execução foi zero. -----

----- Na intervenção social, também aí era lamentável que um projecto tão bonito como o Centro Cultural Infantil da Belavista, que no Plano dizia-se “início em Junho de 2003 e conclusão em Novembro de 2005”, mas só no papel, porque o grau de execução era zero. -----

----- O centro de dia da Quinta Marquês de Abrantes, que também estava previsto para início em 11/03 e conclusão em 3/05, a execução era zero. A creche no mesmo bairro, com início e conclusão na mesma altura, também zero de execução. -----

----- Tinha sido dito que a questão da Feira do Relógio fora resolvida, mas perguntava se teriam sido mesmo resolvidos os problemas que causava à população do Bairro dos Lóios. Foi resolvida uma rua, mas o problema do bairro continuava em termos de estacionamento desordenado, porque as pessoas deixavam aí as viaturas para ir à feira, trancando as viaturas das famílias. Para saírem, tinham que deixar os carros fora da zona, porque ao domingo não podiam sair. -----

----- Também não parecia que fosse um investimento sério a Câmara ocupar durante um domingo inteiro uma via estruturante da cidade, a Av. Santo Condestável. Não era solução e mesmo aquela desculpa dada pelo Senhor Vereador, de que a ida da Feira do Relógio para ali era uma forma de retirar os semi-reboques da freguesia, que estavam estacionados e ocupavam tudo quanto era sítio, pelo contrário, o espaço onde era a feira tornou-se um belo parque de estacionamento para esses veículos. Ou seja, não melhorou nenhum dos aspectos. -----

----- As razões que podia trazer eram muitas e era por isso mesmo, em nome da qualidade de vida da população de Marvila e daquilo que era o seu sentimento em relação à cidade, que iria votar contra. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, no uso da palavra, disse que gostaria de citar dois factos: -----

----- Primeiro, para avaliar a acção de um executivo através do balanço e da demonstração de resultados seria muito conveniente que tivessem uma coluna para os números do orçamento, o que seria muito mais útil até do que a coluna de variações. Nessa, qualquer pessoa podia apreciar o valor, uma coluna de orçamento mostraria o grau de eficiência da gestão. -----

----- Outro aspecto era o da dívida a fornecedores. O dever muito podia ser mau, mas o dever muito podia ser bom. Essa experiência foi feita na América, no tempo do Roosevelt, quando um grande economista, Keynes, disse a Roosevelt que era um erro ter um orçamento equilibrado, porque quando havia uma crise económica o investimento

privado retraía-se e, então, era necessário que o Estado interviesse no sentido de provocar desenvolvimento e essa intervenção exigia déficit. Nesse caso seria um déficit orçamental, o que a Câmara apresentava era débito a fornecedores. Se esse débito a fornecedores era um débito são, até tinha um significado melhor do que um débito a bancos, porque esse era a médio ou longo prazo, investimentos que demorariam a executar-se. Um débito a fornecedores significava que já estava feito o investimento, ou que o investimento seria feito para muito breve. -----

----- Voltando ao caso da América, Roosevelt disse aos seus colaboradores que Keines não era um economista, era um matemático, mas a América entrou numa grande depressão económica e Roosevelt chamou outra vez Keines. Então, Keines convenceu-o a ter um déficit orçamental e com isso a América teve um grande desenvolvimento, sendo que até o Presidente Nixon acabou por dizer que “nós hoje somos todos keinesianos”. -----

----- Tinha que se olhar para o déficit das contas também sob esse aspecto. Podia significar um desenvolvimento e, sendo um débito a fornecedores, um desenvolvimento muito rápido. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que vinha sendo dado um argumento de que na taxa de execução havia muita coisa que estava a ser feita e não estava contabilizada, ou porque as facturas estavam em conferência, ou porque ainda nem sequer estavam passadas as facturas, coisas desse género. Isso era verdade e toda a gente sabia, mas também tinha sido verdade no ano anterior e quando se vinha dizer para não esquecer que em 2005 havia de aparecer as facturas de 2004, também nesta taxa de execução estavam as facturas de 2003, o mesmo foi dito quando se discutiram as Contas de 2003. Se as facturas não estavam nas contabilidades de 2003 e de 2004, certamente deviam ser fantasmas, desapareceram as facturas, porque também havia facturas em conferência em 2003, obras que estavam a ser feitas e ainda não estavam facturadas. Todos os anos havia esse argumento. -----

----- Por outro lado, quando se discutiu o Orçamento, lembrar-se-ia o Senhor Vereador, na altura o BE levantou vários problemas sobre a falta de receitas na Câmara Municipal e, nomeadamente, levantou pelo menos duas propostas concretas para a Câmara Municipal angariar receitas. Uma delas deu depois origem a um conjunto de reuniões com os partidos na Assembleia da República, que era o escândalo da banca não pagar impostos e, não pagando impostos, os bancos com sede em Lisboa não pagavam derrama, recebendo a Câmara menos uns milhões porque o capital financeiro fugia ao pagamento desses impostos. Estava-se a falar do declarado e não daquilo que não era declarado. -----

----- Havia um segundo aspecto, que foi dito na Assembleia pelo Senhor Presidente da Câmara que estava de acordo, que era aquilo a que se chamava “os custos da capitalidade”, ou seja, os milhares de edifícios do Estado que não pagavam imposto autárquico. Nessa altura foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que achava que o BE tinha razão e que era preciso tomar medidas nesse sentido. Depois o Senhor Presidente da Câmara foi Primeiro-Ministro e a pergunta que interessava fazer à

Câmara não era dizer que não havia receitas, era saber que caminho foi feito, de acordo com os debates feitos na Assembleia Municipal, para se angariar receitas, nomeadamente fazendo frente ao custo da capitalidade, ou seja, os milhares de hectares ocupados na Cidade de Lisboa por edifícios centrais sem pagarem à Cidade de Lisboa. Lisboa não tinha culpa de ser a Capital e tinha que cuidar dos passeios, dos lixos, etc.. -----

----- Não bastavam os lamentos e choros por não haver receitas, era preciso saber porque é que o Executivo não lutou por essas receitas, nomeadamente quando disse que estava de acordo. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra, disse que permitia-se fazer uma referência ao facto de ter sido a pessoa que defendeu o Relatório. Fora com muito prazer e com muita honra que o tinha feito, sentindo-se sempre bem e concordante desde o início em relação à política desenvolvida pela Câmara, que não era, ao contrário do que poderia ter sido no passado, uma política individual. Era uma política que, como era óbvio, tinha um líder desde o seu início, o Dr. Pedro Santana Lopes, mas era fundamentalmente uma equipa que se apresentava como um todo, a defender o que houve de bom nos dois primeiros anos, o que houve de bom no ano passado, o que houve de mau nos dois primeiros anos e o que houve de mau no último ano. -----

----- Não havia divisões na equipa, porque o trajecto estava estabelecido, o rumo estava traçado e o que aconteceu ao longo do ano 2004 não foi mais do que a continuação de um planeamento e de uma planificação que já estava feita anteriormente. -----

----- Alguns já o tinham responsabilizado hoje pela gestão das Finanças também no ano de 2004, quando só tinha as Finanças apenas há dois meses, mas assumia também essa quota parte, porque era uma maneira que tinha de estar na política. Não era responsável apenas pelo seu pelouro, era responsável por todos os pelouros da Câmara e essa era a sua maneira de estar, que provavelmente era muito diferenciada de outros políticos. Ao falarem para si, lembrassem-se sempre disso, onde estivesse era em plenitude e em solidariedade para com todos. Nem sequer gostava daqueles a quem isso não acontecia, de forma geral, e que pensavam de maneira diferente. -----

----- Por isso estava muito à vontade e tentara trazer algo de novo, que fosse o seu cunho pessoal, no tempo em que iria estar à frente das Finanças e que era o documento que alguns consideravam como uma batota, uma jogada. Cada um falava por si e pela sua forma de estar na vida, no seu caso não tinha isso como princípio. Tinha sido muito claro quando disse que as taxas eram as que estavam inicialmente no Relatório de Actividades e era tão claro que podia ter pegado no documento que fizera distribuir aos Senhores Vereadores, levá-lo a reunião de Câmara, onde tinha maioria e sabia-se que ele teria sido aprovado e vindo à Assembleia Municipal, mas porque achava que em matérias sérias não devia haver batota, tinha achado que o documento para ser aprovado na Assembleia Municipal devia ser exactamente em padrões comparativos com o que acontecia no passado. -----

----- No entanto, havia um contributo que queria dar e ia-se bater por ele durante os próximos anos, era que taxa de execução financeira, permitissem que dissesse, em termos económicos não era nada. Isso podia ter feito sentido na mercearia que existiu há 50 ou 60 anos atrás, podia ter feito sentido numa câmara que até 2001, porque não tinha meios na contabilidade para fazer outro tipo de apresentação, que só tinha a receita e a despesa. Portanto, não era uma crítica em relação ao que não foi feito no passado, podia sê-lo na medida em que não foi feito mais cedo, mas fazia isso hoje porque foi dado um salto qualitativo na forma como estavam organizados hoje os serviços das Finanças, trabalho esse que foi desenvolvido pela Dra. Teresa Maury e pelo Dr. Fontão de Carvalho, que continuaria a ser desenvolvido por si e que não devia terminar aqui. -----

----- Tinha tido o cuidado, até para não comprometer os serviços, porque não tinha o hábito de mandar um qualquer papel assinado pelos serviços, de dizer que tinha pedido aos serviços que respondessem como estava em termos de cada área e de cada orgânica a dívida da Câmara que não tinha sido paga até ao momento. Todos sabiam perfeitamente, se quisessem fazer uma discussão política séria, que a execução não era a execução financeira e sim a execução daquilo que realmente foi feito. -----

----- Diziam alguns que também no passado isso acontecia. Era verdade e por isso tinha tido o cuidado mais uma vez de dizer que mesmo que fizesse só a diferença entre a dívida de clientes do ano passado e o aumento para o corrente ano, só com esse factor a execução do Orçamento subia imediatamente para mais de 80%. -----

----- Podia também dizer que a sua paciência sobre certas coisas da política ia-se esgotando e, portanto, tinha um maior à vontade nas discussões dessas coisas e achava que isso não interessava para nada. Se os Senhores Deputados Municipais achavam que a taxa de execução financeira era algo de importante, bem podia dizer que não era, porque o que iria ser julgado era se realmente os meios financeiros que a Câmara teve à sua disposição, se os meios que a Câmara podia ter tido à sua disposição, se aquilo que a Câmara se propôs fazer tinha ou não sido feito e se, ao terminar a execução do ano, se conseguia ter um saldo positivo ou não naquilo que foi prometido aos eleitores, se foi cumprido ou não. Era isso tudo que ia ser julgado. -----

----- Permitia-se dizer uma coisa em tom de desabafo, porque sabia que todos eram muito responsáveis, mas enquanto não se trouxesse as discussões para outros âmbitos, era sua convicção que as assembleias municipais de todo o País muito dificilmente passariam daquilo que eram e gostava muito que elas passassem. Era um defensor de todo o tipo de parlamentarismo, provavelmente por deficiência de formação, mas queria que a Assembleia Municipal tivesse mais competências e que pudesse ter melhores condições para trabalhar. Era nesse diálogo e nesse confronto que se conseguia realmente fazer a defesa das convicções e era por isso que dizia convictamente que, para si, o Plano fora executado em mais de 70%. -----

----- O seu problema nas Finanças não era saber quanto tinha executado de Plano, era saber como iria pagar aos fornecedores, que tinha acima da média. Dissera-o no Relatório apresentado e na sua intervenção, a sua preocupação era a realização financeira que precisava fazer de capital para poder pagar as dívidas da obra já feita.

Era por não ter sido paga que neste momento estava nos credores da Câmara e a isso é que teria que ser capaz de dar resposta. -----

----- Teria sido muito fácil, bastava que não existisse a Lei de endividamento existente neste momento para que se resolvesse o problema com um estalar de dedos. Com o *rating* da Câmara, que dava garantias a qualquer instituição bancária, se fosse buscar só em empréstimos o que tinham ido buscar no ano de 2001, pagava toda a sua dívida apenas com um simples estalar de dedos. -----

----- Era bom que todos percebessem que a Câmara tinha dificuldades financeiras, isso já tinha sido levantado por todos os Srs. Deputados Municipais. Era preciso repensar no futuro as formas de financiamento da Câmara Municipal, não ia ser mais possível, como no passado, de alguma forma recorrendo sistematicamente às instituições financeiras e projectando a dívida da Câmara, fazendo com que as próximas gerações viessem a pagar as decisões que foram tomadas no passado. Isso tinha que acabar e tinha que ser forçosamente alterado. Assim como não podia câmara nenhuma no futuro pensar que os bens que tivesse à sua disposição, ainda que nem todos estivessem contabilizados neste momento, seriam eternos e, portanto, podia viver de uma forma de financiamento dessa natureza. Essa era uma discussão que iria surgir para todos. -----

----- Dentro daquilo que tinha sido o seu compromisso e que entendia serem as disponibilidades colocadas à disposição, parecia-lhe que, apesar de tudo, era um bom Relatório e, tinha que o dizer com frontalidade, tinha algumas dificuldades em perceber que chumbassem as Contas, principalmente porque os grandes responsáveis das Contas eram os serviços da Câmara Municipal, que vinham fazendo um trabalho verdadeiramente fantástico. Se sobre alguém houvesse alguma penalização, seria sobre eles. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, começou por saudar o Senhor Vereador por aquilo que dissera, ou seja, o facto de estar sozinho a dar a cara. Diria mesmo desde o início, porque a passagem do Prof. Carmona Rodrigues, actual Vice-Presidente da CML, era mais um episódio triste da sessão. Recordava aos Srs. Deputados Municipais da maioria da Câmara, que gostavam muito de referenciar o facto do Dr. Santana Lopes estar presente nas Assembleias Municipais, que deviam referenciar também a ausência do Sr. Vice-Presidente Carmona Rodrigues, porque ele devia ser o primeiro responsável a estar presente hoje, sendo lamentável que não o tivesse feito. Demonstrava, para além de outras coisas, falta de respeito pela Assembleia Municipal. -----

----- Queria fazer um pedido de esclarecimento directamente ao Senhor Vereador, na sequência da sua última informação a propósito dos votos que eventualmente fossem rejeitar as Contas. Tinha dito o Senhor Vereador Pedro Pinto que compreendia que fosse rejeitado o Relatório, mas achava muito preocupante que fossem rejeitadas as Contas, designadamente porque os responsáveis eram os trabalhadores. Bom, isso era o que faltava, porque o que se estava a analisar eram os responsáveis políticos. O PS tinha o maior respeito pelos trabalhadores e dizia isso desde a primeira hora, os trabalhadores não tinham era culpa de estarem a ser mal orientados e mal geridos. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra para um protesto, disse que protestava veementemente pelo facto do Senhor Vereador Pedro Pinto querer responsabilizar os funcionários da Câmara pelo chumbo do Relatório de Gestão. Os funcionários cumpriam o seu dever e podia dizer que o Relatório estava muito bem elaborado, com os números correctos. Exactamente por isso, o Senhor Vereador quis subverter determinados elementos, nomeadamente as taxas de execução. -----

----- Protestava também porque o Senhor Vereador estava a vitimizar-se, responsabilizando a Assembleia Municipal politicamente por reprovar, quando tinha que o fazer exactamente por se tratar de uma má gestão e, como tal, politicamente não podia ser aprovado o Relatório. -----

----- Lamentava que tomasse essa atitude, mas compreendia-a pelo facto de estar sozinho na sua defesa. Possivelmente, não mais quiseram colaborar consigo. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, perguntou se o grande problema era como pagar. Nesse sentido, queria ser esclarecido se a Câmara tinha tomado ou não alguma iniciativa, se tinha ou não entabulado negociações com o Governo, por forma a que a Câmara fosse ressarcida pelo facto de ter milhares de hectares ocupados por edifícios a quem se tratava do lixo, da iluminação, das ruas, dos transportes, das acessibilidades, etc., sem pagarem um único imposto e que representavam uma deformação completa nas contas da Cidade de Lisboa em relação às outras cidades, naquilo a que se costumava chamar “o custo da capitalidade”. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto** disse que reiterava aquilo que dissera na outra intervenção e que era o elogio às pessoas que encontrara nas Finanças, a 100%. Quando tinha outro pelouro, até passava para eles algumas das responsabilidades por coisas que não andavam tão bem, mas por vezes era bom conhecer as pessoas para perceber da sua capacidade para produzir, muitas vezes com que sacrifício, algum tipo de trabalho. Portanto, não lhe passava pela cabeça a ideia de os responsabilizar. -----

----- Agora, não viessem com as directrizes que eram dadas, porque isso era conversa para quem estava a tratar a sério do problema. Toda a gente sabia que os dados contabilísticos, na parte das Contas, eram preparados a 98% pelos serviços. -----

----- Quando se admitia que era possível pegar na contabilidade e começar a fazer artifícios, então estava-se a falar de outras coisas. O que estava a dizer era que os serviços reproduziram na íntegra aquilo que era o material de suporte que tinham em termos contabilísticos e, se o reproduziram na íntegra, foi porque reproduziram exactamente aquilo que lá estava. Nesse sentido, só havia um caso que tinham trazido à discussão política para poderem discordar das Contas, que era o caso da Expo, que estava referenciado como devia estar contabilisticamente e como era previsto no POCAL, referenciado como algo que ainda não fora negociado. Estava no documento, como o POCAL exigia. -----

----- Mal teria feito se tivesse obrigado os serviços a inserir nas Contas de 2004 algo que só podia ser inserido nas de 2005, mas isso não fazia a serviço nenhum. Se calhar até tinha dado jeito e teria algumas maneiras de o fazer, que seria dos 150 milhões ter

imputado logo 130 milhões à gestão anterior, para explicar como na actual tinha baixado, mas isso eram artifícios que não se deviam fazer e nunca pediria aos serviços da Câmara que fizessem isso. -----

----- Em política não podia valer tudo. Sabiam que a razão fora essa e que estavam referidos os valores no Relatório. Portanto, as Contas espelhavam verdadeiramente a situação da Câmara. Podiam dizer que espelhava uma má situação, era legítimo que o fizessem, mas o que não podiam dizer, no seu entender, era que as Contas estavam incorrectas, porque isso não lhe dizia respeito, não as tinha feito. Os dados estavam lá postos e se alguém era julgado nas Contas, a não ser que se lançassem suspeições graves sobre a forma como foram feitas, norma geral não era pela parte política e só nesse sentido tinha querido aludir ao posicionamento dos serviços. -----

----- Quem o conhecesse sabia que às vezes até gostava de estar sozinho. Aliás, era costume dizer-se que “mais vale sozinho do que mal acompanhado”. Portanto, nunca se tinha preocupado em relação a isso. -----

----- Quanto ao que dissera o Sr. Deputado Municipal Carlos Marques, realmente havia um problema na Câmara e havia um dado que lhe parecia ser um caminho a explorar no futuro. Já tinham avançado com duas sugestões, uma parecia mais irrealista, mas a outra tinha pernas para andar. Parecia-lhe que os edificios do Estado no Município deveriam começar a estar sujeitos às mesmas situações das outras empresas e instituições que vivessem na cidade. -----

----- Responsabilizar o Dr. Santana Lopes pelo tempo em que fora Primeiro-Ministro não lhe parecia bem. Ele contribuiu para que o Eixo Norte-Sul e outras coisas da Câmara andassem, quando nem sequer era o objectivo, porque era Primeiro-Ministro de Portugal. Responsabilizá-lo pelo que não fora feito na parte da avaliação do património não fazia sentido. -----

----- O Sr. Deputado Municipal Feliciano David estava com um problema de votar porque se tinha feito integrar um documento que batotava tudo. Quando se era bom numa área não se devia meter noutra, para não haver confusões, e podia dizer que o que se ia votar não integrava esse documento, esse documento não fazia parte do que ia ser votado. -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício**, visto que ninguém mais desejou intervir, encerrou o debate e submeteu à votação o Relatório de Gestão de 2004, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-lo, com os votos contra de PCP, PS, PEV e BE e votos a favor de PSD, CDS-PP, PPM e Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia deliberou aprovar, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Seguidamente, o **Senhor Presidente em Exercício** submeteu à votação as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa do ano 2004, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-las, com os votos contra de PCP, PS, PEV e BE e votos a favor de PSD, CDS-PP, PPM e Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia deliberou aprovar, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Seguidamente, o **Senhor Presidente em Exercício** submeteu à votação a recomendação apresentada pelo Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves, que tinha o seguinte teor: -----

----- RECOMENDAÇÃO -----

----- “Considerando que: -----

----- É dever da Câmara Municipal de Lisboa apresentar Relatórios de Gestão que traduzam da forma mais fidedigna possível a actividade da Câmara ao longo do ano; --

----- O indicador taxa de execução financeira, único indicador desde sempre utilizado, é um indicador redutor e que traduz apenas uma parte da realidade, já que só entra em linha de conta com os pagamentos já efectuados; -----

----- Os sucessivos executivos camarários, sejam de esquerda, sejam de centro e direita, têm sempre argumentado que a taxa de execução financeira não traduz com rigor o nível de execução física da obra/projecto; -----

----- A CML já instituiu um sistema de contabilidade patrimonial que permite contabilizar também as facturas e não apenas os pagamentos; -----

----- A facturação, registada no sistema da Câmara ao nível dos compromissos, também pode constituir um indicador da execução das obras/projectos do Município. -

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 3 de Maio de 2005, recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- Introduza, no seu Relatório de Gestão anual, um novo indicador que evidencie os níveis de compromissos já assumidos pela autarquia, indicador esse que deverá figurar juntamente com a taxa de execução financeira habitualmente apresentada.” ----

----- A Assembleia deliberou rejeitá-la, com os votos contra de PCP, PS, PEV e BE e votos a favor de PSD, CDS-PP, PPM e Deputado Municipal independente Rodrigo Gonçalves. -----

----- Seguidamente, o **Senhor Presidente em Exercício** deu por encerrada a reunião. -

----- Eram 20 horas e 20 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária,

----- O PRESIDENTE -----